

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO – DEHA

Cassio Rafael Meneses Giacomini

CIDADE HEGEMÔNICA E FRAGMENTADA: AS INSURGÊNCIAS
TRAVESTI/TRANSEXUAL NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE.

Maceió, 2024.

Cassio Rafael Meneses Giacomini

**CIDADE HEGEMÔNICA E FRAGMENTADA: AS INSURGÊNCIAS
TRAVESTI/TRANSEXUAL NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas do Espaço Habitado.

Linha de Pesquisa:

Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima

Maceió, 2024.

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

G429c Giacomini, Cassio Rafael Meneses.

Cidade hegemônica e fragmentada : as insurgências travesti/transsexual na luta pelo direito à cidade / Cassio Rafael Meneses Giacomini. – 2024.
107 f. : il.

Orientador: Walter Matias Lima.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 98-102.

Anexos: f. 103-107.

1. Travestis. 2. Transexuais - Mulheres. 3. Dinâmica do espaço. 4. Direito à cidade. 5. Normas culturais. I. Título.

CDU: 72:613.885

DEDICATÓRIA

A todas as Dandaras silenciadas.
E por todas que de algum modo foram oprimidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha mãe, por todo enfrentamento e luta cotidiana. Minha maior apoiadora, e que neste tempo de mestrado, atenciosamente, incentivou e apoiou. Sempre será minha maior referência e com certeza a sua influência foi de extrema importância para que me tornasse o que sou hoje.

Ao meu orientador, Dr. Walter Matias Lima, por sua orientação e valiosos insights ao longo deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para a construção desta dissertação, com suas pertinentes provocações e discussões.

Gostaria de expressar meus agradecimentos à banca examinadora, Dra. Juliana Michaello Macêdo Dias, Dra. Joseli Maria Silva e Dra. Diana Helene Ramos, por sua avaliação crítica e sugestões construtivas, que contribuíram significativamente para a qualidade deste trabalho.

Ao PPGAU-UFAL por todas as disciplinas cursadas e atividades realizadas, de enorme incentivo e momentos de lucidez que foram essenciais para a construção ao longo de todo o processo.

Por último e não menos importante, as voluntárias pela colaboração aos questionários, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

“Nos expulsam dos banheiros, das escolas, de casa, do trabalho e mesmo assim, não conseguem nos expulsar do mundo. Estamos encarnadas. Mesmo se nos matassem a todas. Uma a uma. É possível exterminar as travestis. Jamais as travestilidades”.

- Caia Maria Coelho

RESUMO

Investigando a problemática enfrentada por mulheres transexuais e travestis, que frequentemente têm negado o seu direito à cidade, dignidade e justiça social. O extermínio e a violência contra essa população muitas vezes ocorrem no espaço público, o que levanta a questão de como essas mulheres podem vivenciar a cidade diariamente, diante de tanta violência, preconceito e incertezas. O objetivo desta pesquisa foi compreender a dinâmica espacial da vivência travesti e mulheres transexuais na cidade. Para investigar essas questões sociais complexas, realizou-se uma pesquisa qualitativa, que se mostra eficaz para lidar com temas que envolvem identidade de gênero, sexualidade, classe e raça na cidade. A abordagem teórica foi com autores que abordam as questões sociais da cidade, espaço urbano, capitalismo, identidade de gênero e sexualidade. A metodologia adotada é solidária às questões sociais, com a utilização da análise de conteúdo, envolvendo voluntárias e embasando-se em teorias consistentes no campo da pesquisa qualitativa e epistemológica. Com a análise desenvolvida é possível observar a ineficácia da justiça social, dignidade e direito à cidade para a população travesti e mulheres transexuais, resultado do movimento anti-trans e inexistência de planos urbanos que pensem as problemáticas vivenciadas por travestis e transexuais na cidade.

Palavras-chave: Travesti; Mulheres transexuais; Dinâmica do espaço; Direito à cidade; Normas Culturais.

ABSTRACT

Investigating the problems faced by transsexual and transvestite women, who have often denied their right to the city, dignity and social justice. Extermination and violence against this population often occur in public spaces, which raises the question of how these women can experience the city on a daily basis, in the face of so much violence, prejudice and uncertainty. The objective of this research was to understand the spatial dynamics of the transvestite experience and transgender women in the city. To investigate these complex social issues, qualitative research was carried out, which is effective in dealing with issues involving gender identity, sexuality, class and race in the city. The theoretical approach was based in authors who address the social issues of the city, urban space, capitalism, gender identity and sexuality. The methodology adopted is supportive of social issues, using content analysis, involving volunteers and based on consistent theories in the field of qualitative and epistemological research. With the analysis developed, it is possible to observe the ineffectiveness of social justice, dignity and the right to the city for the transvestite population and transsexual women, a result of the anti-trans movement and the lack of urban plans that consider the problems experienced by transvestites and transsexuals in the city.

Keywords: Travestite; Transsexual women; Space dynamics; Right to the city; Cultural Norms

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1- PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DO CORPO E O ESPAÇO HABITADO | 19 |
| 1.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA TRAVESTI NO BRASIL..... | 19 |
| 1.2 NORMATIVAS E CONTROLE URBANO SOBRE O CORPO | 24 |
| 1.3 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA | 28 |
| 1.4 CONFINAMENTO E SEGREGAÇÃO | 33 |
| 1.5 INTERSECCIONALIDADES E ENFRENTAMENTO | 37 |
| 2 CIDADE HEGEMÔNICA..... | 42 |
| 2.1- FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E PRÁTICA DO PLANEJAMENTO URBANO: CORPOS ABJETOS, LUGARES “ABANDONADOS”..... | 42 |
| 2.2- ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: VIOLÊNCIA E INSURGÊNCIA TRAVESTI/TRANSEXUAL. | 50 |
| 2.3- TRANS-POLÍTICAS NO COTIDIANO DO ESPAÇO: UM NÃO A MONE(Y)TIZAÇÃO DAS CIDADES. | 55 |
| 3 SUBJETIVIDADES E APLICAÇÃO METODOLÓGICA | 62 |
| 3.1- ABORDAGEM E ANÁLISE METODOLÓGICA DA PESQUISA..... | 62 |
| 3.2- COLETA DE DADOS | 66 |
| 3.3- AS VOLUNTÁRIAS E SEU RECORTE SOCIAL | 69 |
| 3.4- PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS | 74 |
| 4 CORPOS EM RETALHOS: O ESPAÇO, O ESTADO E O CORPO TRAVESTI E DAS MULHERES TRANSEXUAIS..... | 77 |
| 4.1- A ALTERIDADE TRAVESTI. AAAAA | 77 |
| 4.2- OLHAR AO CENTRO DA CIDADE..... | 81 |
| 4.3- VIVÊNCIA TRAVESTI/TRANSEXUAL EM GOIÂNIA..... | 89 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 95 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 99 |
| ANEXOS | 104 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1 – ARTE RETRATANDO XICA MANICONGO. | 22 |
| FIGURA 2 - PLANTA BAIXA E VISTA PANÓPTICA | 26 |
| FIGURA 3 - VISTA INTERNA PANÓPTICO. | 27 |
| FIGURA 4 - NOTÍCIAS DE ASSASSINATO A TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO GOIÁS. | 53 |
| FIGURA 5 - QUESTIONÁRIO APLICADO VIA GOOGLE FORMS. | 68 |
| FIGURA 6 - CENÁRIO GERAL DOS CASOS DE ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTI NO BRASIL EM 2022. | 71 |
| FIGURA 7 - RUA DO LAZER EM GOIÂNIA. | 82 |
| FIGURA 8 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA. | 84 |
| FIGURA 9 – BOSQUE DOS BURITIS EM GOIÂNIA. | 85 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| TABELA 1 - ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR O EFEITO DE QUESTÕES CONSTRANGEDORAS E AMEAÇADORAS. | 64 |
| TABELA 2 - DOMÍNIOS POSSÍVEIS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO. | 66 |
| TABELA 3 - ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO À PESQUISA. | 67 |
| TABELA 4 - DADOS DOS ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL ENTRE 2008 E 2022. | 70 |
| TABELA 5 - PERFIL DAS VÍTIMAS POR IDADE (%) | 71 |
| TABELA 6 - ASSASSINATOS NO BRASIL EM 2022 – MÊS A MÊS. | 72 |
| TABELA 7 - ESTADOS QUE MAIS ASSASSINARAM PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTI. | 73 |
| TABELA 8 - QUESTÃO FECHADA DE AUTODECLARAÇÃO RACIAL. | 78 |
| TABELA 9 - QUESTÕES 01 ABERTA E 02 FECHADA SOBRE A SUA OCUPAÇÃO E RENDA. | 78 |
| TABELA 10 - QUESTÃO FECHADA SOBRE IDADE. | 79 |
| TABELA 11 - QUESTÃO FECHADA SOBRE ESCOLARIDADE. | 80 |
| TABELA 12 - QUESTÃO ABERTA SOBRE O BAIRRO QUE MORA, TRABALHA; E QUAL LOCAL É SEGURO E ACOLHE. | 81 |
| TABELA 13 - QUESTÃO ABERTA SOBRE ACOLHIMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS. | 85 |
| TABELA 14 - QUESTÃO ABERTA SOBRE VIVENCIAR O ESPAÇO URBANO. | 88 |
| TABELA 15 - QUESTÃO ABERTA SOBRE INSEGURANÇA EM GOIÂNIA. | 89 |
| TABELA 16 - ESTADOS QUE MAIS ASSASSINARAM TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (2017-2023). | 90 |
| TABELA 17 - QUESTÃO ABERTA SOBRE NEGAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO. | 91 |
| TABELA 18 - QUESTÃO ABERTA SOBRE SEGURANÇA NA CIDADE. | 92 |
| TABELA 19 - VOCÊ SENTE OU JÁ SE SENTIU SEGURA NO ESPAÇO PÚBLICO? SE SIM, QUAL? | 93 |

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

A pesquisa surge com a problemática de mulheres transexuais e travestis não terem o seu direito à cidade, à dignidade e à justiça social assegurado. A negação a essa população e o seu extermínio, geralmente têm o espaço público como palco dessas violências. Então, como devem essas mulheres transexuais e travestis, cotidianamente vivenciar a cidade em meio a toda violência, preconceito e incertezas?

É necessário explicitar que nesta pesquisa, reconheceremos travestis e mulheres transexuais como pessoas que se entendem na contramão ao que lhes foi colocado ao nascer e se entendem na figura feminina, em alguns casos respondendo a feminilidade normativa e outras não, mas não deixando de ser reconhecidas como travesti ou transexual.

É investigada a dinâmica atual das cidades enquanto instrumento facilitador de sustentação às opressões e distorções, a sua contribuição para compreender as desigualdades e lógicas empregadas de fortalecimentos à injustiça social nas cidades. Como a cidade, na dialética do conservadorismo e toda massa heterossexual, cisgênero e classista é empregada, construindo espaços excludentes e aos moldes do mercado capitalista institucionalizado, cisgênero, embranquecido e classista.

Parte-se do pressuposto de que a arquitetura e urbanismo são resultado de uma série de ideias, crenças, valores e comportamentos por grupos dominantes, naturalizada ainda pelo corpo social. Debruça-se a crítica ao pensamento hegemônico no âmbito arquitetônico e urbanístico, com seus modos de produção e renovação do espaço habitado, conseqüentemente da arquitetura e da cidade. Trata-se ainda de uma discussão multidisciplinar, ao considerar que não é possível a problemática abordada estar inserida na cidade e desvinculada de toda interdisciplinaridade empregada nas ações individuais e coletivas.

Contudo, essa pesquisa discute ideologicamente o silenciamento, no qual travestis e mulheres transexuais estão inseridas. Lugar imposto por um processo ideológico, transmitido pela cisgeneridade dos homens na humanidade, por meio de dispositivos da cultura, arquitetura, arte e convenções impostas no cotidiano. Por meio da concepção histórica do mundo, na concepção materialista dialética do inconsciente, para analisar a sociedade capitalista, patriarcal e androcêntrica na relação gênero e arquitetura.

QUEM SOU EU

Ao pensar minha trajetória devo apresentar minha construção enquanto indivíduo. Homem branco gay, de origem na extrema pobreza, neto de uma avó que cumpriu várias funções em sua fase de produção laboral, trabalhando na lavoura, na cozinha, e no córrego lavando roupa. Atualmente, classe média, arquiteto e urbanista, podendo iniciar sua experiência no magistério superior.

Oriundo do interior do Mato Grosso e logo cedo migrando para outro lado do estado com sua mãe, para que a mesma pudesse ingressar em seu curso de graduação, uma enorme mudança em meio a precariedade vivida. Desde cedo, capaz de compreender as opressões cotidianas aos corpos contra hegemônicos, da criança viada e afeminada. Na escola, as ações vexatórias eram recorrentes, às vezes por parte dos colegas e outras vezes por parte dos próprios profissionais da educação, involuntariamente eles se revezavam na atividade “lúdica” da opressão.

Certa vez no intervalo do período matutino, um certo professor indagou:

- Você é menininho ou menininha?

Isso para uma criança de 13 anos, que não entendia sua sexualidade e identidade; e que pejorativamente lidava com seu eu cotidianamente. No momento, apenas virei as costas por medo dessa pergunta chegar a lugares que poderiam causar mais transtornos; no imaginário inocente, a rua poderia ser o destino ao adolescente. Conto esse fato, pois acredito que somos construídos também pelas “tragédias” cotidianas, com as opressões e aos poucos vamos remontando e reconstruindo.

Ao chegar à graduação, iniciei minha trajetória acadêmica, em meio a graduação e uma bolsa pela Faculdade Intercultural Indígena no projeto de extensão para Editoração de Material Didático/Pedagógico Específico para as Escolas Tapirapé na comunidade Indígena Urubu Branco no Mato Grosso. No projeto de extensão, pude vivenciar pela primeira vez a opressão aos povos indígenas, ao desejo deles em escrever o português e compreender as pessoas da cidade, para se protegerem das injustiças ocasionadas pelas pessoas da cidade aos indígenas. Nesse processo, importante ressaltar a importância da universidade em articular uma educação intercultural indígena para que os povos indígenas possam levar para comunidade o conhecimento adquirido a partir de seu contexto intercultural.

Na graduação, presenciei o viés classista e europeu no curso de Arquitetura e Urbanismo onde cursei, mesmo em uma universidade pública, brasileira, no interior do Mato Grosso. Com isso, as disciplinas que tratavam o contexto da cidade, da justiça social em meio ao planejamento urbano e regional foram cursadas com maior dedicação.

Ainda na graduação, aflorou em mim a necessidade de abordar questões sociais que envolvessem identidade de gênero, sexualidade e classe na cidade. Neste momento, poucos entendiam o meu objeto de pesquisa, para alguns, nada palpável. Estava trabalhando com a dinâmica da cidade em meio a exclusão travesti e de mulheres transexuais; a abjeção, injustiça social e o direito à cidade não assegurado a essa população.

Para a pós-graduação, assumi a responsabilidade de tentar o ingresso pesquisando o mesmo objeto de pesquisa da graduação, mesmo após as repressões de invalidação no estágio final da graduação. Com a preocupação acerca da negação às múltiplas identidades de gênero, a pesquisa se desencadeia com práticas para um planejamento urbano solidário a essas questões.

“A LENDA

Vou te contar a lenda da bixa esquisita

Não sei se você acredita ela não é feia (nem bonita)

Mas eu vou te contar a lenda da bixa esquisita

Não sei se você acredita ela não é feia (nem bonita) ”.

- LINN DA QUEBRADA, 2017.

ESTRUTURA

A necessidade de combater a injustiça social em meio ao direito à cidade, a população travesti e transexual tem urgência. Enquanto pessoas, estão impossibilitadas de acessar o cotidiano do espaço urbano, sem justiça social, dignidade humana e segurança fazem-se necessárias ações combativas às práticas de opressão, que impossibilitam a função social do espaço urbano.

O discurso em torno do direito à cidade às travestis e transexuais transformou-se em um desafio para a sociedade em todas as escalas; em meio a patrulha cisgênera e o pânico anti-trans-travesti como ameaça a família cisgênera, heterossexual, classista e “conservadora”. Com isso, fazem-se necessárias pesquisas em torno da temática na

atualidade e nas gerações futuras, para evidenciar a injustiça social histórica e contemporânea a essa população nas cidades. Foucault (1976) aborda o desconhecimento do discurso científico sobre a sexualidade com a relação fundamental da verdade:

Esquivá-la, barrar-lhe o acesso ou mascará-la são táticas locais que surgem como que em sobreposição, e através de um desvio de última instância, para dar forma paradoxal a uma petição essencial do saber. Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de verdade. (Foucault, 1976, pag. 62).

É precisamente neste contexto, a formulação da semiótica da sexualidade em desprezar a tecnicidade da ciência e se apoiar na moral da política cultural, em que os dois gêneros não estão em tempo algum equilibrados à biologia, em que o indivíduo se insere com separações e hierarquias nessa sociedade normativa.

Para tratar destas questões sociais, optei por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa, por defender sua eficácia em tratar questões que envolvem identidade de gênero, sexualidade, classe e raça na cidade, com uma metodologia solidária às questões sociais, às voluntárias, com pensamento baseado em teóricas/os consistentes, no campo metodológico da pesquisa qualitativa e epistemológica.

Na pesquisa bibliográfica, é acessada a produção científica da área, para dialogar e analisar os questionamentos da pesquisa. A pesquisa documental, proporciona reflexões sobre o direito à cidade dessa população, da dinâmica urbana espacial. Além disso, os questionários aplicados às voluntárias, como aborda Gil (1999), possibilitam atingir muitas pessoas e garantir o anonimato da identidade da pessoa voluntária, para não expor as voluntárias à influência dos discursos e todo o seu aspecto social, distanciando-as de possíveis induções.

No capítulo 01, são abordadas questões acerca da produção de políticas do corpo e espaço habitado, com a história da população travesti/transsexual no Brasil, apresentando Xica Manicongo, considerada a 1º travesti do Brasil que se tem relato e reforçando o quão histórico é a travestilidade e transexualidade no contexto brasileiro. Na sequência, são abordados as normativas e o controle urbano sobre o corpo, como agentes instauradores de opressão e desigualdade, agindo arbitrariamente aos marcadores sociais da diferença. Por fim, o capítulo traz abordagens do confinamento e segregação a essa população e suas interseccionalidades e enfrentamento.

No capítulo 02, a cidade hegemônica é tratada, com seus instrumentos e agentes capitalistas. Tratamos a cidade como espaço hegemônico, pela supremacia exercida nas cidades, a sua influência preponderante exercida e instaurada. A cidade brasileira, como vem sendo produzida na contemporaneidade, pouco tem cumprido sua função social pelo planejamento urbano, dando as costas aos corpos considerados “abjetos” e fortalecendo assim os lugares abandonados.

Ainda, a violência e a insurgência travesti vivenciadas na cidade, na maioria das vezes, é no espaço público que vêm ocorrendo. Dessa forma, demonstrando que no espaço público, onde deveria ser oferecida a dinâmica cotidiana em função da justiça social, tem em muitos casos, se tornado o local de violência.

No capítulo 03, a abordagem metodológica sobre a abordagem qualitativa para compreender as subjetividades das voluntárias é iniciada com a investigação, a pesquisa, a teoria, as proposições e os conceitos para proporcionar o rigor necessário é apresentada. As estratégias para minimizar o efeito de questões constrangedoras e ameaçadoras ao questionário aplicado são demonstradas.

A ideia inicial adotaria a etnografia para a metodologia, porém com a pandemia do COVID 19, avaliou-se não ser responsável com as voluntárias e o pesquisador realizar o trabalho de campo, diante de um vírus que naquele momento pouco se sabia acerca de seus efeitos, e sem imunização e amparo eficiente no Brasil ao combate à pandemia. Para a metodologia da pesquisa, apoia-se na Análise de Conteúdo abordado por Bardin (1977), ao compreender que qualquer comunicação entre o emissor e o receptor pode ser escrito e decifrado pela análise de conteúdo.

Na descrição do método, a coleta de dados é detalhada, com a utilização da plataforma *GOOGLE FORMS* e os cuidados a serem adotados de acordo com as resoluções do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos.

O procedimento de análise de dados tem o intuito de investigar o espaço urbano como promotor de direito à cidade e justiça social a população travesti e mulheres transexuais de Goiânia. Como procedimento, a análise de conteúdo se estrutura em pré análise, exploração do material, categorização ou codificação e o tratamento dos resultados, interferências e interpretação.

Por fim, no capítulo 04 é realizado o desfecho de todo trabalho, com as análises dos questionários aplicados às voluntárias. Tais análises, que desenham a cidade como espaço

urbano desigual, promotor de opressão, insegurança, expulsão e desarranjos, tendo como cenário Goiânia, uma cidade planejada, hierarquizada, heterogênea e fragmentada, não cumprindo a sua real função social e criando modos de usos do espaço público, muitas das vezes reivindicatório.

1- PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DO CORPO E O ESPAÇO HABITADO

Este capítulo surge da indignação com o tratamento recebido ao longo da história à população de travestis e mulheres transexuais, na maioria das vezes assegurado e instituído pelo próprio Estado de Direito. Uma democracia em plena saúde, deve oferecer dignidade humana a todas as pessoas, sem distinções e explorações instrumentalizadas e estruturais. Trataremos neste capítulo, com cuidado e solidariedade à população travesti e às mulheres transexuais, os aspectos históricos, sociais e diásporas desta população.

1.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA TRAVESTI NO BRASIL.

Até o século XVIII no Ocidente, o corpo foi visto na concepção de um só sexo, não somente os sexos eram vistos diferentemente, mas o corpo e a alma, todo seu aspecto físico e moral. Nessa época, os médicos se diziam capazes de diferenciar os aspectos essenciais de cada sexo:

“Todas as partes do corpo dela apresentam as mesmas diferenças: todas expressam a mulher; a sobancelha, o nariz, os olhos, a boca, as orelhas, o queixo, as faces. Se olharmos para dentro, e com a ajuda do bisturi, veremos nos órgãos, tecidos e fibras que encontramos por todo lado... a mesma diferença” (Brachec, 1847 apud Laqueur, 2001).

A diferença entre o sexo no século XVIII no Ocidente estava inteiramente em ligação ao eixo político/social. Na ocupação da sociedade civil, a mulher é vista como reprodutora e o homem como provedor, qualquer transgressão a isso era encarada como subversão à política de poder do gênero. Estava em ligação no saber do sexo a questão cultural, aspecto oriundo do patriarcado. A ideia do sexo único foi uma abordagem assegurada pelo patriarcado, em que o homem e a mulher não detinham os mesmos privilégios. O corpo regula-se pela perspectiva da feminilidade, como destinada à procriação, e a masculinidade ao desejo: “Porém quando a honra e o *status*¹ estão em jogo, o desejo pelo mesmo sexo é considerado perverso, mórbido e completamente repugnante” (Laqueur, 2001, pag. 67).

São inúmeros os casos de subversão de gênero em nossa história, principalmente no Renascimento, período no qual se tem relato de homens que se passavam por mulheres e mulheres que se passavam por homens e, somente em 1949, o termo “transexualismo”,

¹ “Modo de estar”, “estado” ou “condição” (FERREIRA, 1988).

como se atribui contemporaneamente, representa uma evolução na ciência, retirando da classe da homossexualidade e de outros tipos de transtornos (Bento, 2006).

Nessa perspectiva, a posição sexual e de identidade têm consequência ao *status* de quem faz o que e não por violar a heterossexualidade natural, mas sim por personificar as reservas radicais culturalmente inaceitáveis de poder e prestígio. Ao papel do ser na sociedade, compreende-se a relação do papel da paternidade/maternidade, macho/fêmea, masculino/feminino em estabelecimento à matriz cultural do poder de sexo único. O antigo modelo do corpo visto na concepção de um só sexo e prazeres propunha a ligação do prazer e do orgasmo à procriação, tangente à ordem política e cultural que escapava inteiramente da fronteira da experiência ou ainda, a qualquer teste explícito. Foucault (1976) aborda o desconhecimento do discurso científico sobre o sexo com a relação fundamental da verdade:

Esquivá-la, barrar-lhe o acesso ou mascará-la são táticas locais que surgem como que em sobreposição, e através de um desvio de última instância, para dar forma paradoxal a uma petição essencial do saber. Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de verdade (Foucault, 1976, pag. 62).

É precisamente neste contexto, que a formulação da semiótica do sexo despreza a tecnicidade da ciência e se apoia na moral da política cultural, em que os dois gêneros não estão em tempo algum equilibrados à biologia, em que o indivíduo se insere com separações e hierarquias nesse mundo normativo. O sexo biológico, geralmente usado como base de gênero ao domínio cultural, quanto ao significante de gênero. O pênis funcionava como símbolo de *status*, um diploma ou certificação, que se dava o direito ao gozo de certos privilégios (Laqueur, 2001).

Somente no século XVIII, surge a ideia do sexo como se conhece. Os órgãos sexuais e reprodutivos que tinham os nomes associados passaram a ter distinções linguísticas e nessa mesma época, a teoria do sexo único perde a vez para a de dois sexos e o fundamento de gênero acomete ressignificação. O ceticismo² da população aumentou e por ordem política, a disputa entre os dois sexos reivindicava espaços em vários contextos sociais, culturais, políticos e eróticos:

“Havia intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública, altamente ampliada do século XVIII, e em especial no século XIX

² Doutrina pelo qual o ser humano não atinge a certeza absoluta à verdade (LAQUEUR, 2001).

pós-revolucionário: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas” (Laqueur, 2001, pag. 192).

A articulação entre os dois sexos em nada contribuiu para a emancipação do gênero, embora seja uma evolução ao se pensar no contexto anterior. Paralelamente às desigualdades, a burguesia fortalece ainda mais a distinção entre os sexos, com a forte determinação de cada lugar pelo corpo. A ideia principal define que “não ter útero define o homem, e não ter pênis define a mulher” (Laqueur, 2001, pg. 252). É importante evidenciar a suposta diferença física e mental que esteve em constante propagação na época e ainda determina a divisão social do trabalho e dos direitos.

Os estereótipos de gêneros nos perseguem há algum tempo e mesmo com os enfrentamentos, são fortemente preservados, evoluem de modo cada vez mais equivocado e fortalecem as agressões de gênero.

Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos. (Jesus, 2019. p.. 254).

No caminhar de Xica Manicongo, mesmo denunciada à inquisição, se recusou de seguir os dispositivos de gêneros impostas à ela, foi quem era por fora, o que era em seu interior. O código penal da época estava em seu auge do controle e exploração, o crime da sodomia³ estava passível de duras punições, de ser queimada viva, em auto de fé, apropriação de seus bens pela Igreja Católica e a infâmia lançada até a sua terceira geração. Impacto terrível lançado às pessoas condenadas (Jesus, 2019).

³ Sodomia: é a prática do sexo anal entre homens ou também envolvendo homens e mulheres.

FIGURA 1 – ARTE RETRATANDO XICA MANICONGO.



Fonte: FABIANE SÁ, 2022.

Sempre retratada como um homem cisgênero homossexual, causou o silenciamento imposto a população transexual e de sua memória enquanto mulher travesti. Tal fato nos faz pensar que a transexualidade nos permeia há muito tempo, com esses silenciamentos e apagamentos, sustentado por esse sistema, também nomeado por cis-tema, por ser tratar das relações sociais estabelecidas sobre a óptica cisgênera e heterossexual (JESUS, 2019).

Vale ainda ressaltar, como aborda JESUS, por muito tempo a história de Xica Manicongo era repassada com o seu nome de batismo, que não vale a pena ser referenciado neste trabalho, pelo respeito, memória e dignidade de Xica. Apenas com o movimento ASTRA – Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro) o seu nome social foi empregado e utilizado combativamente. Em 2010, o troféu Xica Manicongo foi criado, para os direitos humanos, cultura e promoção da cidadania Travesti e Transexual.

É pertinente ressaltar que muitas Xicas existiram e existem até os dias de hoje, muitas assassinadas e apagadas com requintes de extrema crueldade. Deve-se lembrar o brutal assassinato de Dandara dos Santos, na cidade de Fortaleza em 2017, um crime bárbaro que escancara o modo cruel e a tamanha injustiça social vivenciados por mulheres travestis e transexuais no Brasil. Que Dandara seja sempre lembrada e lutemos para que mulheres travestis e transexuais não passem por estas indignidades da vida. Dandara vive e sempre viverá em nossos corações.

As identidades travestis e transexual por muito sofreram o apagamento da história do Brasil, com toda a ausência do contexto histórico e social documentado. Com o trabalho dos pesquisadores, começaram a documentar o contexto das identidades travestis e transexuais, colocando a existência dessas identidades em evidência. Contudo, também corroboram para o estigma da relação entre travesti e transexual, prostituição e doenças sexualmente transmissíveis (Oliveira, 2018).

Além de retratar a travesti/transexual prostituta e profissional da beleza, espero conseguir demonstrar a força e luta, em todos os campos de atuação, desmistificando o lugar determinado a essa população, pela branquitude heterossexual cisgênera. Compreender que grande parte dos estigmas são criados como forma de fortalecer um sistema, excluir determinado povo e minoria mas que o local dessas pessoas vai muito além do estigma perpetuado. Ainda, faz-se importante ressaltar a herança escravocrata do Brasil, onde a “elite” brasileira explorou e lucrou com a escravidão e até hoje se tem resquícios desta enorme crueldade no país, como nas relações de trabalho, em configurações arquitetônicas e também nas forças militares de repressão à população civil empobrecida. Isso traz à tona a “elite”, que enraíza na população, as relações sociais discriminatórias, vexatórias e excludentes.

Havendo todo esse processo, é possível afirmar que as ações afirmativas que reparem a população travesti/transexual do Brasil pouco são elaboradas ou quase nunca

são de fato executadas, tornando a vida dessa população um enorme processo de luta para o direito à vida, ao direito de acessar espaços ditos democráticos.

1.2 NORMATIVAS E CONTROLE URBANO SOBRE O CORPO

O poder é aquilo que dita a lei; no que se refere ao sexo, o poder nunca estabelece relação a não ser a negativa: a rejeição, a exclusão, a ocultação e o disfarce. O gênero limita-se ao regime binário, entre o permitido e o proibido, em que prescreve a ordem que funciona como forma de inteligibilidade ao seu modelo de ação jurídico-discursivo. A forma em utilização para funcionar a lei de proibição é a interdição e repressão, com objetivo de o sexo renunciar a si mesmo, traz à tona a lógica da censura: o afirmar não se permite, a manifestação aparece como negação ao interdito (Foucault, 1974).

O poder sobre o sexo ocorre da mesma forma em todos os níveis e não importa o aparelho ou instituição, funciona de acordo com a determinação simples, proveniente da convenção. O poder desde a monarquia se apega à legitimidade do direito, com a fundamentação de suas proibições, embora seja necessário pensar o sexo consensual entre indivíduos maiores de idade, sem lei, proibição e ilegitimação. As relações de poder não são estabelecidas com a intenção de proibição ou de condução, mas sim com a intenção diretamente produtora e segura pelo capitalismo, como fator de segregação e hierarquização social, garantindo relações de domínio e hegemonia (Foucault, 1974).

“Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (Foucault, 1976, pag. 112).

Nesse sentido, faz-se importante e necessário na quebra do estigma do discurso de poder sobre sexualidade e identidade de gênero de modo legítimo a igualdade e democrático ao modelo das relações identitárias. O debate em torno do prazer e do sexo é imprescindível para se combater o tabu que os rodeiam e novas estratégias devem ser traçadas para libertar o corpo, desmistificar o ser “subversivo” e dar o livre direito aos prazeres.

A grande parte das normativas e controle sobre o corpo inicia na escola, com as regulações de gênero, sexualidade e identidade. A escola é dotada de instrumentos que

caracterizam o que é menino e menina, para a tal construção de homens e mulheres aceitos pela sociedade.

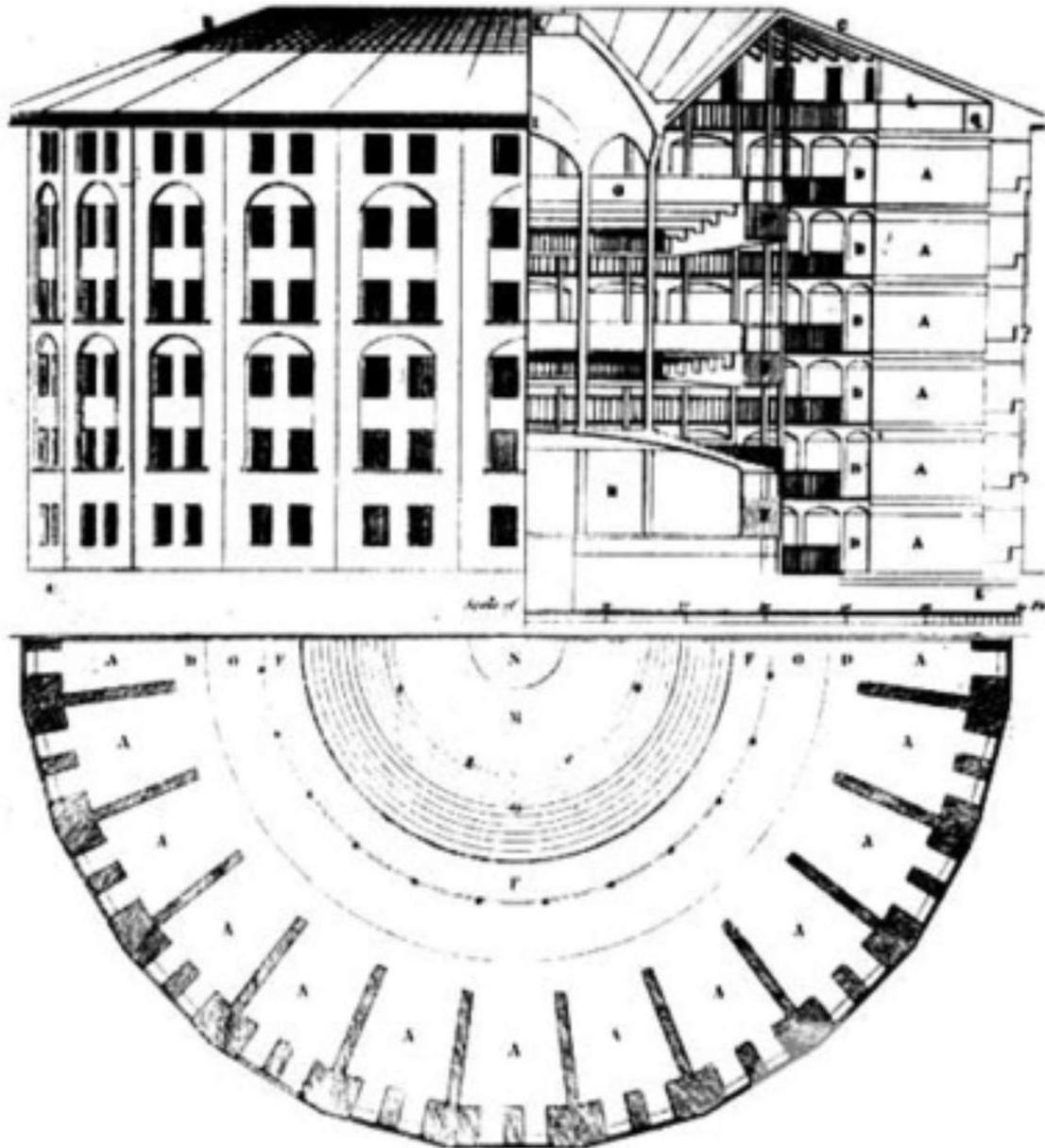
[...]Por isso, possivelmente, as marcas mais permanentes que atribuímos às escolas não se referem aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem as situações do dia a dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. [...]. (Louro, 2019, pg. 22).

Grande parte das ações da escola em controlar e normatizar, ocorre por meio do olhar panóptico, muito além das fronteiras da edificação escolar. “Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e em determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de forma particular” (LOURO, 2019, pg. 26). Na perspectiva de Louro (2019, muita são as ações utilizadas para constituir sujeitos femininos e masculinos, que acontecem a partir de instituições como a igreja, a escola, a mídia, a família e ainda as leis; de forma articulada criam identidade e práticas hegemônicas, ao subordinar, negar e/ou recusar outras identidades que divergem às normas.

A suposição aqui é que o poder não atua através de mecanismos de simples controle. De fato, ele atua através de mecanismos complexos e superpostos – e muitas vezes contraditórios – que produzem dominação e oposições, subordinação e resistências (Weeks, 2019, pg. 68).

O projeto escolar pode ser visto como uma releitura do Panóptico (edificação penitenciária, projetada por Jeremy Bentham em 1785) e Foucault (1987) o define como uma construção em anel, no centro uma torre, vazada de largas janelas abertas à parte interna do anel. Colocando um vigia na torre central é suficiente para vigiar toda a edificação e ainda ver sem ser visto.

FIGURA 2 - PLANTA BAIXA E VISTA PANÓPTICA



Fonte: FOUCAULT,1987. Modificado

O panóptico é individualizado e constantemente visualizado. Esse dispositivo de vigilância permite ver sem parar e imediatamente reconhecer à plena luz do dia e ao olhar de um vigia, um que antes deste a visibilidade é uma armadilha. Esse sistema penitenciário com sua finalidade, bem trancado com os muros laterais, impossibilita o contato entre seus companheiros de onde é observado pelo vigia (Foucault, 1987).

FIGURA 3 - VISTA INTERNA PANÓPTICO.



Fonte: TRINDADE, 2005.

O efeito do Panóptico é induzir o detento ao estado constante e consciente de visibilidade, assegurando o funcionamento permanente e automático do poder. Faz da arquitetura uma máquina de criar e sustentar a relação de poder. Bentham (1785) colocou o princípio do poder visível e inverificável, “ser visto sem nunca ver”. Dispositivo importante para manter tal ordem, automatizando e desindividualizando o poder, pouco importa quem o exerça, em ausência de seu diretor, qualquer indivíduo seria capaz de fazer funcionar a máquina (Foucault, 1987).

Na perspectiva de Santos (1988), Bentham admite que o modelo de regulação do Panóptico funcionaria da mesma forma para escolas, hospícios, ambientes de trabalho, quartéis, construções religiosas e até jardins zoológicos. O sistema panóptico em si não se caracteriza como uma relação de poder, mas um eficiente mecanismo que funciona em todo momento.

De acordo com essas abordagens, ao se comparar o ambiente escolar com o panóptico, nota-se que bastante se assemelham em sua configuração arquitetônica e de regulação à ordem. As escolas, geralmente, são produzidas com salas lado a lado, com longos corredores abertos e discretamente possibilitam que os indivíduos responsáveis por

manter a ordem tudo observem sem ser vistos, regulando e determinando as relações. Essa vigilância pouco tem contribuído para inclusão dos alunos de diferentes classes, raças e gêneros (Funari; Zarankin, 2005).

Ao se regular de forma excludente o ambiente escolar, perde-se a função social da instituição: incentivar a criatividade, o pensamento e a interação, possibilitar experiências saudáveis entre estudantes é um importante papel social institucional. A edificação escolar pensada criticamente fortalece as experiências coletivas e individuais de liberdade das pessoas (Funari & Zarankin, 2005).

Assim, historicamente, os demarcadores sociais que regulam e controlam o corpo, atuam para desenvolver a ideia heterossexual do indivíduo, com forte regulações que determinam a sexualidade e o gênero por critérios biológicos, ainda no nascimento; com todos os dispositivos, agressões e padrões de gênero, existentes tanto na cultura quanto no interior da própria cultura (Weeks, 2019).

1.3 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

A imaginação é uma determinação determinante que nada se faz pela imaginação e tudo se faz pela imaginação, com a associação de unir as ideias e não a qualidade das próprias ideias. “A natureza humana é a imaginação, mas que outros princípios tornaram constante, fixaram” (Deleuze, 1953, pg. 07). Ou seja, a determinação não é determinante e sim determinada, com a psicologia da natureza humana (Deleuze, 1953).

O corpo não é uma entidade fechada e lacrada, mas sim a criação em um fluxo espaço-temporal de inúmeros processos, com a internalização dos efeitos dos processos e o torna “medida de todas as coisas”. As práticas representacionais das cidades moldam o “eu” e diferentes processos produzem tipos absolutamente distintos de corpos. A proposição não é de o corpo ser passivo, mas que a maneira como capta fluxo de energia ou informação o molda em forma bastante organizada, o coloca em qualidade de máquina capaz de criar ordem. O corpo humano é responsável ativo nas relações de poder e consumo que produzem. O “eu” é o que resulta em detrimento do reconhecimento e da monitoração dos relacionamentos. Certamente, a pessoa que corporifica uma performatividade própria faz do seu “eu” um corpo político (Harvey, 2000).

Na perspectiva de Foucault (1976), a posição sexual e identidade tem consequência ao status de quem faz o que e não por violar a heterossexualidade natural, mas sim por personificar as reservas radicais culturalmente inaceitáveis de poder e prestígio. Ao papel do ser em comunidade, compreende-se a relação do papel da paternidade/maternidade, macho/fêmea, masculino/feminino em estabelecimento à matriz patriarcal e capitalista do sexo único. A ordem política e cultural que escapava inteiramente da fronteira da experiência ou ainda, a qualquer teste explícito. Foucault (1976) aborda o desconhecimento do discurso científico sobre o sexo com a relação fundamental da verdade:

Esquivá-la, barrar-lhe o acesso ou mascará-la são táticas locais que surgem como que em sobreposição, e através de um desvio de última instância, para dar forma paradoxal a uma petição essencial do saber. Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de verdade. (Foucault, 1976, pag. 62).

Nesse contexto, o fortalecimento do casamento cisgênero, heterossexual, classista e “conservador” enquanto instituição, estrutura-se em um sistema de regras para definir o que é legal ou ilegal e tem, entre seus objetivos, a reprodução da trama de relação que tanto mentem as leis que o regem. Esta instituição se articula fortemente com a economia, por meio de numerosas e mascaradas convenções. No entanto, o dispositivo da aliança ordena-se para uma estabilização do corpo social e sua principal função é manter o seu vínculo em privilégio com o direito, para o ápice “do momento” ser a reprodução. Historicamente, foi a partir do sistema de aliança que a sexualidade se instalou e a sociedade moderna reelaborou os novos dispositivos de sexualidade (Foucault, 1978).

O discurso do eixo de dominação tem um enorme poder de gerar relações e propagar ações que podem favorecer ou prejudicar um ou outro grupo social, o que, em muitos casos, cria estereótipos que inviabilizam a inteligibilidade social a uma objetiva identidade. As práticas sociais denotam os significados das relações das instituições (econômica, cultural, familiar e religiosa) com o inconveniente uso do nome de batismo ao indivíduo transgênero, que tem um forte poder depreciador, por retomar, recolocar e ressuscitar a posição do gênero que tanto luta para sair (Bento, 2006).

[...]. Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual, e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões de sexualidade. [...] (Louro, 2019, pg. 39).

O machismo se naturaliza dentro do sistema patriarcal e conseqüentemente, esse sistema social causa danos à vida das mulheres e a todos os corpos transgressores ao domínio heteronormativo. O sistema patriarcal sustenta a promulgação dos privilégios, da liderança política e do domínio da família como autoridade moral. A alienação moral contribui para a sustentação desse sistema na sociedade contemporânea (Bourdieu, 1998):

[...] três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. (Bourdieu, 1998, pag. 103).

O poder sobre a sexualidade e identidade ocorre da mesma forma em todos os níveis e não importa o aparelho ou instituição, funciona de acordo com a determinação simples, proveniente da convenção. As relações de poder não estão com a simples intenção de proibição ou de condução, mas sim com a intenção diretamente produtor e seguro pelo capitalismo, como fator de segregação e hierarquização social, garantindo relações de domínio e hegemonia (Foucault, 1978).

O processo de identidade na vida pós-moderna não é rígido e está permanentemente em mudança, o sujeito assume diferentes identidades, a depender do local e meio social que o rodeia, não biologicamente e sim determinado historicamente, porém o sujeito humano já foi visto unicamente pela ótica da biologia, com base na natureza, fundamentavam o desenvolvimento físico do cérebro humano. Assim, a identidade é algo formado no inconsciente ao decorrer da vida e não determinado no momento do nascimento (Hall, 2006).

A cultura nacional atua como fonte de significados culturais e não importa o quão diferente são em termo de raça, gênero ou classe, a cultura nacional tentará unificá-los como identidade nacional, anulando e subordinando a diferença cultural, com forte generificação. Não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e diferenças. Com a globalização, na modernidade, a identidade nacional tem se desintegrado em virtude da homogeneização cultural e integração, ainda com o espaço e tempo bastante distante umas das outras (Hall, 2006).

Com a visão sociológica do corpo, como produto da condição social, é constantemente associado à questão do imaginário ser moral, ou ainda, de modo totalmente contrário, caracteriza o corpo, com sua condição social, por meio do imaginário biológico, na conformação morfológica, fazendo da condição social o produto direto do corpo e torna-

se facilmente uma peça de convicção. Ao considerar que a corporeidade é socialmente construída, o corpo tem múltiplas significações, é uma ficção culturalmente eficiente e viva com os sentidos e valores de determinado lugar:

“A construção social e cultural do corpo não se completa somente em jusante, mas também em montante; toca a corporeidade não só na soma das relações com o mundo, mas também na determinação de sua natureza” (Le Breton, 2007, pag. 32).

Tentar identificar as representações por meio do do corpo, como ator da personificação e distinguir suas funções recíprocas é de caráter simbólico, adentrando ao o meio social, cultural e cósmico, com o imaginário biológico. Ainda com um sistema de valores, os corpos são definidos de acordo com a sociedade, ou seja, ao mesmo tempo em que é lugar de valor, é também de imaginários (Le Breton, 2007).

Para Santos (1988), os arquitetos têm renunciado à responsabilidade de dar formas aos lugares, caindo nas neutralidades cômodas e generalizadas, com a falta dos fundamentos conceituais e críticas:

A arquitetura pode talvez ajudar a resolver problemas sociais, mas só sob a condição de que as intenções libertadoras do/da arquiteta coincidam com a prática (e o desejo...) real das pessoas em exercitar sua liberdade (Santos, 1988, p. 24).

Ou seja, na visão de Santos (1988), o espaço vem da extrema função de materializar o mando, com o entrelaçado conceito de poder e felicidade, que corresponde às aspirações do poder eventualmente hegemônico e, a partir daí, surgem as disputas pelo poder. Até mesmo a urbanização no Brasil não é tão recente como acreditam. Os portugueses quando chegaram, trouxeram regras claras para definir público e privado, localizar equipamentos, separar terras particulares, com suas hierarquias e discurso de ordem. No trabalho de arquitetura e urbanismo, é preciso compreender sua atuação nas conjunturas, com seu poder de comunicação em linguagem direta, de forte repercussão de discursos eruditos.

O fato de haver pessoas que burlam a norma social de performatividade não os faz necessariamente transexuais ou travestis. A subjetividade do ser transexual ou travesti vai muito além de sua performance e está inteiramente em associação ao sentir e não à caracterização da norma de gênero. Para falar de transexualidade, é preciso desassociar a ideologia patológica do saber médico da real verdade do que é ser transexual. Não se pode negar o contexto histórico que formou a ideia contemporânea, o discurso patológico que

desmonta estes indivíduos e deve sempre se atentar à crueldade do conteúdo histórico e cultural produzido (Bento, 2006).

Erroneamente, compreende-se a identidade inteiramente em contato ao gênero, impõe-se inteligibilidade e socialmente a institui e mantém e ainda, propõe-se oposição discriminatória e assimétrica entre o ser “masculino” e “feminino” e assim compreende-se qual o atributo a se exercer ao macho e à fêmea, como a matriz cultural dissemina contextualizações rivais e subversivas à “desordem” de gênero com apoio na regulação médico-jurista. A identidade de gênero é performaticamente construída e não biologicamente identificada, o indivíduo desenvolve sua identidade psico/mental à convenção na normatização heterossexual. O gênero é um feito não necessariamente sujeito a sua obra, constitui-se pelas suas próprias expressões vistas como seu resultado; semelhante à lei que proíbe o incesto, que perpetua as regras de parentesco, o sexo, o gênero e o prazer estão culturalmente em produção através de oposições proibitivas mediante uma sexualidade inconsciente e gera gêneros culturalmente inteligíveis (Buttler, 1990).

O tabu traz em si a definição de algo intratável, conclusivamente em taxação a proibições e restrições. A proibição em torno do tabu não se baseia em fundamentos concretos e costuma ser de origem incógnita; embora ininteligíveis para alguns, para outros, estes são aceitos como algo natural. Numeroso é seu desígnio, mas sempre trata a proibição como algo natural e convence que qualquer violação terá severa punição. Por trás de toda essa proibição, existe a teoria que o “ser” renunciante carrega um perigoso poder que pode se transferir, caso ocorra contato com ela, quase como infecção; pelo veículo desse misterioso atributo. A ascensão desse sistema se caracteriza pelos baixos níveis de cultura e se a violação não estivesse em negação, dariam se conta o desejo de agir do mesmo modo que o transgressor, e pode ainda ter uma profunda análise pelo ângulo da psicanálise (Freud, 1955).

O corpo travesti e transexual abstrai-se como tabu pela população que atribui ao corpo transgressor um suposto perigo social à comunidade. Pode se afirmar que a liberdade sobre o corpo não é possível pelas relações de poder (religiosa, econômica, patriarcal, cultural) que dominam e sistematizam as convenções que hoje se estabelecem com o fortalecimento em forma de tabus.

A Travesti ou transexual sofre maior violência e preconceito, fato de sua corporificação ser mais visível, ao afrontar o poder heteronormativo, bem menos evidente

em gays ou lésbicas. O corpo biologicamente em caracterização no masculino e que possui sua identificação no feminino e vive em atos estéticos, corporais e linguísticos, permanentemente em construção (Silva, 2008).

Esses marcadores da diferença, de uma cultura hegemônica, regulados e operados em um viés cisgênero normativo e patriarcal, muito tem contribuído para a acentuação dos preconceitos as diferenças, segregando e confinando corpos transgêneros, sob a errônea ótica do corpo natural. Como aborda Foucault (1978), nenhum corpo é natural, ao considerar que todos são construídos pelo discurso científico e outros por discursos sociais, atuante para controlar a sexualidade e criar valor binário de gênero.

1.4 CONFINAMENTO E SEGREGAÇÃO

Embora tenha ocorrido enorme evolução, a sociedade ainda se fundamenta no patriarcado universal. Esse sistema contribui para que a convicção se apegue à ideia fundamentalista de sexo biológico e o descontextualize do que realmente constitui a identidade de gênero. Recusar a política representacional não é o caminho a ser seguido, “o caminho é formular, dentro do sistema, críticas à categoria de identidade que a política contemporânea cria, adota e impede” (Buttler, 1990).

O machismo se naturaliza dentro do sistema patriarcal e conseqüentemente, esse sistema social causa danos à vida das mulheres e a todos os corpos transgressores ao domínio heteronormativo. O sistema patriarcal sustenta a promulgação dos privilégios, da liderança política e do domínio da família como autoridade moral. A alienação moral contribui para a sustentação desse sistema na sociedade contemporânea (Bourdieu, 1998).

A negação é substituída ao direito do corpo transgressor desde os primórdios da sociedade, imaginam a indivíduo travesti e transexual como um ser objeto/objeto e, erroneamente, o fundamentam na matriz cultural e religiosa, visto como mercadoria, promotor de usos e prazeres, porém indigno de todos os privilégios e obrigações estáveis do indivíduo binário.

A ordem compulsória de a biologia ser o destino deve se desmistificar. Butler (1990) defende: “o ser é culturalmente construído”, com a estabilidade do gênero binário, o masculino não está exclusivamente ligado ao homem, do mesmo modo que “mulher” não interpreta apenas o feminino, de forma que o gênero não deva ser binário. Evidencia-se a necessidade de anular a distinção entre sexo e gênero, com a apropriação do discurso do

gênero ser culturalmente construído e o sexo a consequência do gênero autêntico. De forma mais clara, o conceito de gênero pode ser compreendido da seguinte forma:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-à de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um (*sic*) tê-los normativo e definidor. (Buttler, 1990, pag. 42).

A experiência assimila-se pela divisão social de gêneros, em atribuição ao sexo, naturaliza e adquire o reconhecimento de legitimação. Funciona como uma máquina que ratifica a dominação masculina em sua sustentação: na divisão do trabalho, a distribuição atribuí a cada um dos dois sexos e usa seus instrumentos para formar a estrutura do espaço, invoca para oposições tradicionais. Gera o mito de a mulher dominar a casa e o homem dominar o capital, a dominação legítima do masculino ao feminino, da hierarquia fundamental da ordem social e cósmica. O trabalho público é “legítimo” ao homem, à mulher determina-se o privado e escondido, cria-se o mundo limitado impossível de apelo, restrito somente ao homem heterossexual. A visão androcêntrica⁴ é “legítima” por suas próprias práticas sociais (Bourdieu, 1998).

Espaço, poder e identidade estão presentes na Geografia Cultural e também na perspectiva feminista. Os transgressores se submetem a severas punições em construção pelas táticas eficazes e sutis de interdição. Do ponto de vista objetivo e legal, a sociedade brasileira não pode exercer a punição por mando do Estado, porém isso não quer dizer que as interdições não venham por violência paliar ou simbólica em detrimento das ações do Estado (SILVA, 2008).

A escola torna-se o espaço interdito à experiência LGBTQIA+, principalmente a travestis ou transexuais, uma vez que seus maiores sofrimentos de infância têm a escola como protagonista. Resgatam a experiência do fato da confusão corpórea entre masculino e feminino ainda em indefinição nos seus corpos. A exclusão à escola é produto das relações estabelecidas dentro do sistema escolar, compromete sua assiduidade em

⁴Exemplificação do termo “androcêntrismo”, de reduzir a sociedade humana a visões do homem (FERREIRA, 1988).

associação à violência física, psicológica e simbólica. Essa instituição é o local que silencia a dor e fortalece os valores hegemônicos da sociedade (Silva, 2008).

Ainda, a crescente capitalização do espaço contribui para implantar, na paisagem geográfica, toda separação de classe, gênero e outras divisões sociais, com a perigosa capacidade do capital de fragmentar, dividir, diferenciar, absorver e transformar antigas divisões culturais, de produzir diferenciações espaciais e mobilizar geopoliticamente no caráter da homogeneização geral pelo trabalho assalariado e troca no mercado. Embora as mulheres tenham sempre um importante componente nos primeiros anos do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que se concentrou em categorias mercantis, foram vistas como não especializada ao evocar relações de gênero na classe trabalhadora que no passado, com muita frequência se mascaram (Harvey, 2000).

Segue-se, portanto, que, enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaço, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força. (Harvey, 2000, p.. 72).

O capitalismo recorre diversas vezes à reorganização geográfica como solução para suas crises e impasses para reconstruir o espaço de seu modo, à sua imagem e semelhança. A paisagem geográfica é produzida com transporte e comunicações, infraestrutura e organizações territoriais que facilitam a acumulação que, para a produção do espaço, é um fator fundamental na dinâmica da acumulação do capital e geopolítica da luta de classes (Harvey, 2000).

Há todo tipo de mecanismo para dinâmica do capital que funciona em ritmos temporais diferentes. O processo de globalização articula a produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual, ao contrário do que se passa ao artifício publicitário, destina-se a tirar maior proveito ao sistema financeiro internacional. A revolução da informação tem forte contribuição à globalização, com importantes mudanças na organização do consumo e da produção, na definição de desejos e necessidades consideravelmente novas. Fundamentam a desmaterialização do espaço, em um mundo em que a monopolização do poder do meio de comunicação acentua cada vez mais a problemática urbana (Harvey, 2000).

A luta pelo salário vital é demasiadamente desigual aos trabalhadores, que na maioria dos casos submete-se a enormes jornadas de trabalho, com baixo valor salarial e a

formas mínimas de consumo. É importante e necessário lutar por direitos universais, justiça social, dignidade e decência em todos os âmbitos do capitalismo globalizador (Harvey, 2000).

No entanto, as cidades se ligam diretamente entre si e nenhuma existe totalmente isolada, articulando-se na economia, cultura e política. Formam a acumulação capital e, com as relações, exploram o trabalhador industrial, sem contar com a enorme dependência do setor de produção ao sistema financeiro bancário e explora cada vez mais a classe trabalhadora. (Souza, 2003).

Pode-se ainda afirmar, que a estratégia da cidade empreendimento mercantiliza a cultura e molda a população em sua individualidade, ao se identificar ao consumo com regulação aos estilos e a lealdade às marcas, contudo, esse sistema fortalece as práticas lucrativas do capital e o concentra como provedor. O modelo estratégico do novo planejamento é intensivo e com hierarquias, como o regime imobiliário de especulação determina os locais com maiores transformações e investimentos sob o controle de grandes corporações financeiras, quase que sem nenhum tipo de limitação, proveniente da globalização nas políticas de ocupação do solo (Arantes, 2000).

Efeito a esse modelo, as cidades gentrificam os espaços a fim de valorizar e criar áreas altamente vigiadas com o mecanismo de subordinar o uso da terra ao controle privado. E sua globalidade, deixa o *status* apenas de cidade negócio e se torna também uma cidade “polida” em todas as suas engrenagens. Essa estratégia de planificação destina conter a desordem urbana estética pela cínica força capital e institui a lógica do sistema capital contemporâneo à ordem cultural, o próprio mecanismo de reprodução simbólica da sociedade (Arantes, 2000).

Da ótica de um país subdesenvolvido e emergente, o sistema tem como essência a polarização e a permanente instituição das hierarquias com a expansão totalmente desigual das cidades. Com essas desigualdades, não institui o crescimento com justiça social, ainda que o povo deva se contentar com políticas sociais compensatórias insuficientes. Em toda globalidade, o sistema faz a reprodução da pobreza em massa e o padrão cosmopolita de consumo:

“Dizer (com a melhor boa vontade do mundo) que justamente a ambição estratégica dos novos Grandes Projetos Urbanos é promover a “articulação” entre vanguarda e retaguarda (por solidariedade ética? cívica?) é ignorar que na verdade este dois polos – desde sempre

“articulados” – são, tanto quanto as tão decantadas novas centralidades que pretendem quanto as tão decantadas novas centralidades que pretendem estar induzindo, a expansão material e simbólica da concentração espacial de poder e riqueza exigida precisamente pelo comando das cadeias produtivas mundiais” (Arantes, 2000, pag. 70).

A problemática da questão urbana tem como eixo central a competitividade urbana. A cidade é uma mercadoria ligada ao consumo pelo planejamento estratégico do modelo de abertura ao exterior totalmente seletiva: interdita a cidade aos pobres e as minorias em geral. O *marketing* à imagem da cidade atual propicia a injustiça, a não democratização do espaço e transforma o valor de uso em produto de luxo (Vainer, 2000).

Para efeito de planejamento, a experiência urbana é negada em sua totalidade à população emergente. Muitos são os esforços econômicos e políticos para manter a estratégia liberal de manutenção da cidade como empresa privada e encontram neste mercado a regra, o modelo e se espelham na empresa quanto negócio e gestão. A analogia cidade-empresa juntamente com o público e privado, instaura o poder de uma nova lógica, a legitimar o uso dos instrumentos de poder público em benefício dos grupos empresariais privados, para instituir a ditadura gerencial de produtivizar a cidade e os cidadãos. (Vainer, 2000).

Como vem a produzir as cidades, reina o pragmatismo⁵ e a produtivização é a única lei, com o poder público subordina-se as exigências do capital. O processo de competição entre territórios e regiões favorece e atende a lógica de mercado, com a frenética mercantilização do espaço público (Vainer, 2000).

1.5 INTERSECCIONALIDADES E ENFRENTAMENTO

Quando se faz pesquisa social, considero importante entender o conceito de interseccionalidade, para que possa compreender que as experiências cotidianas, estão diretamente atreladas à classe econômica, social e questões de raça e gênero. Nenhum corpo é natural, todos os corpos estão sujeitos ao controle e construção social baseado em sua cultura, religião e aspectos econômicos.

“Y es que el espacio actúa como <<control>> de la interacción social entre géneros mucho más allá de su construcción. Los efectos del poder de un género sobre otro se perpetúan en la arquitectura a través de los

⁵ Ideia sobre um objeto, formada pela soma de várias ideias para efeitos imagináveis e que possa ter um efeito prático qualquer (FERREIRA, 1988).

siglos de manera sigilosa e silenciosa, pero no por ello menos eficiente”
(Cevedio, 2003. pg: 15).

Ao entender o importante papel do espaço, com seus mecanismos de regulação e dominação, não se pode desprezar a forte relação do Capitalismo à classe, raça, religião, sexo e identidade de gênero; e suas consequências na vida cotidiana das pessoas não privilegiadas.

A contextualização da pesquisa em torno com compreensão das Interseccionalidades é importante para produzir a análise espacial a partir de estruturas que dissolvem as diferenças de sujeitos e a realidade cotidiana, dadas por várias dimensões, a econômica, a política, a social, a ideológica, para assim contribuir com a pauta da emancipação social. Silva e Silva (2011) vêm defendendo o conceito de diferença por meio da diferença nas relações sociais, com a concepção de que as identidades são fluídas, instáveis, complexas e em estado permanente de construção/desconstrução.

“(…). Uma pessoa vivencia de forma simultânea várias facetas indentitárias, como gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, religião, deficiência funcional etc., mediadas pelo espaço e pelo tempo, que são fundamentais na consideração do movimento destas intersecções. (...) (Silva e Silva, pg. 18, 2011).

A interseccionalidade na pesquisa geográfica territorial, propõe a não generalização de indivíduos a determinados contextos sociais, com a construção de pesquisas urbanísticas plurais, solidárias e bastante desafiadora. É sempre coerente analisar os contextos das opressões, com o recorte de raça, classe, sexualidade, identidade de gênero, deficiência funcional etc., e não as colocar em igual patamar de opressão.

Ou seja, é preciso compreender que os absurdos cometidos à população travesti/transsexual é a junção das relações sociais e de poder de que nenhum corpo é isento dos processos sociais determinantes. “A conduta moral, em matéria de prazeres, está subjacente a uma batalha pelo poder” (Foucault, 1977, pg. 79).

Podemos compreender que as estruturas que sustentam as relações sociais e de poder estão insistentemente ligadas ao direito à vida e dignidade humana. A cultura capitalista e patriarcal assegura e legitima a ideia única da indivíduo heterossexual ser a única.

Há muitas estruturas de dominação e subordinação no mundo da sexualidade, mas três elementos ou eixos interdependentes têm sido

vistos, atualmente, como particularmente importantes: os da classe, do gênero e da raça (Weeks, 2019, pg. 68).

No entanto, o corpo não é uma entidade fechada e lacrada, mas sim a criação num fluxo espaço-temporal de inúmeros processos com a internalização dos efeitos dos processos e o torna como “medida de todas as coisas”. As práticas representacionais das cidades moldam o “eu” e diferentes processos produzem tipos absolutamente distintos de corpos. A proposição não é de o corpo ser passivo, mas que a maneira como capta a informação o molda em forma bastante organizada, o coloca em qualidade de máquina capaz de criar ordem. O corpo humano é responsável ativo nas relações de poder e consumo que produzem. O “eu” é o que resulta em detrimento do reconhecimento e da monitoração dos relacionamentos. Certamente, a pessoa que corporifica uma performatividade própria faz do seu “eu” um corpo político (HARVEY, 2000), ou, como afirma Butler,

A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (Buttler, 1990, pag. 19).

Butler (1990) aborda que o sujeito se cria pelo sistema político, com traço de gênero determinante em um eixo principal de dominação, supostamente masculino, ao invés de facilitar a emancipação dos corpos. Isso aparece como forma de dominação e proteção ao indivíduo em relação à estrutura política, de forma cruel, com máscaras é culturalmente aceito.

A experiência transexual inicia-se nesta sociedade que define mulher-feminina e homem-masculino pela necessidade do pertencer aos moldes do eixo de dominação dos corpos. Com a contínua disputa de poder, bastam apenas alguns deslizamentos performáticos para que a inteligibilidade social seja colocada em jogo. A criação do gênero binário quanto a sua sexualidade, cria o contexto para o/a transexual sempre potencializar os signos de poder no que diz respeito ao gênero e ao sexo. As instituições médicas e jurídicas constantemente avaliam a feminilidade/masculinidade, com a fundamentação, ainda na compreensão macro que se tem das pessoas transexuais. Como forma de negação, sempre é posto em pauta à veracidade do ser transgênero, um discurso aparentemente em caráter de dúvida quanto à personalidade, mas que tem como essência o caráter transfóbico. Quando o

discurso se dirige diretamente à pessoa, produz um efeito que prescreve o “ser” e gera uma série de efeitos regulatórios tensionadores na performance e subjetividade dos/as transexuais e travestis (Bento, 2006).

A identidade de grupo ultrapassa o interesse de classe como principal meio de reivindicação política e a dominação cultural supera a exploração como a injustiça fundamental, quando se diz respeito às massas desprivilegiadas. A luta por reconhecimento ultrapassa o âmbito da exploração comercial, exige tanto distribuição como reconhecimento, neste mundo de enorme desigualdade material. É necessário que o reconhecimento cultural e a igualdade social sustentem um ao outro, sem disparidade e aniquilação. Para combater essa problemática à exploração, à marginalização econômica e à privação devem se erradicar do sistema econômico, ou seja, a injustiça social deve ser combatida com o compromisso do igualitarismo⁶ (Fraser, 2001).

Outra maneira de compreender a injustiça social é culturalmente ou simbolicamente, com a fundamentação na dominação cultural (padronizações, tabus), ocultação (tornar se invisível com a autorização da própria cultura) e o desrespeito (desqualificação e objeção nas representações culturais públicas). Só é possível ocorrer uma mudança positiva quando realmente reconhecer e valorizar a diversidade cultural. Porém, quando é dito à coletividade um discurso favorável a pessoas “sexualmente” transgressoras é possível observar a reação negativa das pessoas. A consequência é a estrutura capital que concebe modos e meios de exploração, marginalização e privação primariamente pelo gênero e sexualidade; com privilégios ao androcentrismo⁷ (FRASER, 2001).

Ainda, é preciso compreender a interseccionalidade das práticas sociais, com o olhar de resolução de problemas, como instrumento metodológico às estruturas interseccionais, como ferramenta a assumir diferentes formas, para atender uma enorme gama de problemas sociais. Com as seis ideias centrais da interseccionalidade: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade, pode ser premissas formadoras das principais ideias das estruturas interseccionais. (Bilge e Collins, 2020).

⁶ Sistema que preconiza a igualdade de condições para todos os membros da sociedade (FERREIRA, 1988).

⁷Tendência para privilegiar o ponto de vista masculino ou considerá-lo como representante do geral (Ferreira, 1988).

Historicamente a justiça social é compromisso da interseccionalidade, com forte conexão entre ambos e traz o caráter interseccional crítico a uma pesquisa, é a sua ligeira inter-relação com a justiça social às análises sociais interseccionais. A colocação da justiça social há peripécias, podendo ocorrer desigualdade social mesmo não sendo socialmente injusta, mas é importante se atentar a todo tipo de desigualdade, principalmente as desigualdades não justas e nem honestas (Bilge e Collins, 2020).

“Da mesma forma, estudos sobre queers de cor usam a interseccionalidade como estrutura analítica para desafiar tanto a teoria queer quanto a interseccionalidade como campo de investigação. Aqui, a interseccionalidade funciona como ferramenta analítica para abordar a ênfase excessiva da teoria queer na branquitude, nas experiências da classe média e nas preocupações do Norte global, bem como em sua postura anti-identitária. Para especialistas queer e trans que se interessam pela categoria de cor, as identidades coletivas são não apenas politicamente estratégicas, como psicologicamente importantes para queers e trans de cor em uma sociedade com comunidades LGBTQ racistas. [...]” (Bilge e Collins, pg. 67. 2020).

Então, pesquisadores desafiam as óticas da heteronormatividade, com a desestabilização da própria ideia do comportamento normal com o conjunto de ações do que uma pessoa é ou tem. As investigações interseccionais são necessárias para a abordagem do problema social da violência, como ferramenta para a relação sinérgica entre investigação e a práxis crítica (Bilge e Collins, 2020).

2 CIDADE HEGEMÔNICA

Compreender a lógica de construção das cidades é importante para entender a origem da exploração e desigualdade. Entendemos a cidade ideal, com a prática do planejamento que cumpra sua função social, promovendo dignidade humana, bem estar e que lide coerentemente aos problemas existentes e que conseqüentemente há de vir.

Vivenciar comportamentos do modelo de gênero rígido e binário é presente no cotidiano, com os dispositivos de gênero e toda norma de regulação. Nessa perspectiva, é preciso analisar os agentes da cidade, os planejadores, com o espaço como instrumento de segregar e adoecer comunidades com o espaço material e imaterial.

Este capítulo, trata da função social da cidade, do planejador urbano como promotor de enorme impacto no desenvolvimento das cidades. Debruçou sobre o espaço público e privado, a propriedade, conseqüentemente, contribuindo para a violência e insurgência travesti e transexual. Por fim, defende uma trans-política no cotidiano do espaço, com o intuito de desmone(y)tização das cidades.

2.1- FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E PRÁTICA DO PLANEJAMENTO URBANO: CORPOS ABJETOS, LUGARES “ABANDONADOS”.

O processo de industrialização fornece o ponto de partida para a compreensão da urbanidade de nossa época, com o enorme impacto no desenvolvimento de nossas cidades e contribui com os problemas relativos à cidade e, conseqüentemente, à cultura. A industrialização acelerou o processo de desenvolvimento das cidades, com o fortalecimento do sistema capitalista e da burguesia industrial, principais detentores do poder e constituintes de vários problemas sociais. As cidades começam a ser o centro da intensa vida urbana, fortificam as pessoas como mercadoria e contribuem para o agravamento das desigualdades recorrentes da péssima divisão do capital. Com a expansão do comércio em ocasião do crescimento da produção, as cidades se transformam em espelhos das relações de classe e de propriedade. O núcleo urbano torna-se produto de consumo, mercantiliza-se o uso do solo urbano e, conseqüentemente, segrega-se o espaço urbano (Lefebvre, 2008).

A relação cidade/campo transforma-se com a enorme industrialização, deixa o lugar de exploração do campo que envolve a cidade, o centro de acumulação capital para se tornar um centro de decisão e associação, descaracteriza a estrutura social entre campo e

cidade. O pensamento sociológico e a estratégia política, tal qual os pensamentos urbanísticos tendem a passar do nível individual para o nível geral, onde se começa a mediação da escala da disposição global, ou seja, da urbanização global. Em contrapartida, a realidade urbana, o modo de produção da cidade vem com a sistematização, sem nenhuma necessidade de cada lugar e espaço, distorce a ação social do solo urbano e fortalece o lugar de consumo e consumo do lugar (Lefebvre, 2008).

O grupo dominador afasta o proletariado da centralidade urbana, estrategicamente orienta-os para expulsar e dissipar a consciência urbana da prole, um pensamento urbanístico totalmente contra a função social da cidade. Inicia o período de “novos conjuntos” e das “novas cidades”, recorrente da especulação imobiliária e da mudança das escalas, agravado pela baixa e ineficiente qualidade do transporte público urbano. Apenas o proletariado pode pôr fim às separações, destruindo a burguesia e construindo uma nova sociedade, realizando a junção do racional e do real (Lefebvre, 2008).

A revolução tecnológica pouco contribui para a qualidade de vida, intensifica fortemente a alta acumulação do capital, cria um enorme exército de operários reservas (desempregados), enfraquece as instituições dos trabalhadores e aumenta, ao invés de diminuir, a intensidade da carga de trabalho, produz, mantém e manipula em favor do interesse da acumulação do capital. O anseio utópico cede lugar ao desemprego, à discriminação, ao desespero e à alienação, entretanto, a cidade encarcera os sub-privilegiados e os marginalizam (Harvey, 2000).

Isso posto, a guerra de classes é intensificada. Visto de um país emergente como o Brasil, o planejamento urbano enfraquece os desprivilegiados e estabelece a hierarquia determinada pelos grandes empresários, com os graves problemas infraestruturais e alto preço no solo urbano.

Em 2001, foi sancionado, no Brasil, o Estatuto da Cidade, regulador do uso da propriedade urbana como função social em prol da coletividade, segurança e bem-estar social, ainda como equilíbrio ambiental. Como política urbana, tem a função de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Estabelece a gestão democrática com participação popular, garante o direito às cidades sustentáveis e várias outras regulamentações contribuintes para vitalidade e a não precarização das cidades brasileiras ao fortalecer a obrigação dos municípios e Estado em assegurar a propriedade urbana como função social (Brasil, 2001).

Embora fundamental, a política urbana atual não é suficiente para resolver os problemas estruturais do direito à cidade ou moradia legal, como nas extremas aglomerações de pessoas, onde carece da infraestrutura que caracteriza o espaço urbano e todos os serviços urbanos e equipamentos coletivos. Aplicar essa lei nesta sociedade chamada de emergente, não desenvolvida, é uma tarefa bastante árdua, recorrente da cultura tradicionalmente conservadora e o poder político social por estarem em associação à propriedade patrimonial (Maricato, 2010).

A propriedade cumpre a função social quando atende as exigências fundamentais do plano diretor, assegura o atendimento dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (Brasil, 2001).

O princípio da função social da cidade dá-se ao atendimento da especificidade local, condições capazes de desenvolver o município e oferecer melhor qualidade de vida aos municípios. Assim, poderia se alcançar, fundamentalmente, pela adoção de metas no plano diretor, com a participação popular em todos os programas e projetos de desenvolvimento urbano (Salemi, 2005).

O livre comércio possibilitou o excesso de produção em meio a inúmeros problemas sociais emergenciais, como o da fome em meio à abundância, do rápido acréscimo da desigualdade neste mundo que se produz à própria imagem e semelhança da burguesia. Com recursos geográficos, a burguesia subverteu os poderes do território, transformou o Estado como executor de suas próprias ambições. A urbanização concentra no espaço a força de trabalho e as forças produtivas, dispersa a população e descentraliza os sistemas de direitos de propriedades em grandes concentrações de poder político e econômico ao consolidar a cidade legal. Sistemas de transporte e de comunicação, divisões territoriais do trabalho e infraestrutura urbana são criadas para suprir a demanda da acumulação do capital (Harvey, 2000) e, por conseguinte:

Como democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a urbanidade (Lefebvre, 2008, pag. 23).

Com a dispersão das cidades, alavancada pela intensificação de comércios e serviços centralizados, a classe trabalhadora tem se distanciado da urbanidade,

contribuindo assim, para produção capitalista das cidades. Dissimula a morfologia urbana, concebe-se a sociedade, espaços urbanos comerciais, sem oferecer meios necessários e suficientes para que a classe operária, trabalhadora exerça o seu pleno desenvolvimento nas cidades (Lefebvre, 2008).

Como agenda do fascismo bolsonarista, a proibição das discussões de gênero e sexualidade nas escolas e ainda a deficiência de educação/prevenção contra a violência e suicídio da população travesti e transexual, garante a motivação para violação simbólica e crimes contra a integridade física de toda a comunidade LGBTQIA+. O não reconhecimento da identidade Trans, a exclusão escolar, a precarização laboral e a exclusão do mercado de trabalho, contribuem para a marginalização e segregação dessa população (Antra, 2022).

Se, como o alegam muitos agora, o corpo é uma construção social, não podemos compreendê-lo fora do âmbito das forças que giram em torno dele e o constroem. Um dos determinantes principais disso é o processo de trabalho, e a globalização descreve como esse processo é moldado por forças político-econômicas e forças culturalmente associadas de maneiras distintas (Harvey, 2000, pag. 31).

Os casos Dandara, Herika e de tantas outras travestis e transexuais, mortas de forma brutalmente abomináveis, demonstra o despreparo do Estado para tratar esses casos. Ainda, é levantado pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, os casos em que travestis e mulheres transexuais tiveram seus corpos incendiados ainda vivas, denuncia esse ritual macabro em torno do fogo e com moldes medievais que lembram a queima às bruxas e que infelizmente vem reaparecendo com recorrência.

O sentido inferiorizante que é colocado a identidade travesti e transexual, inviabiliza a dignidade humana dessa população e a colocam em locais subalternos, promovendo o adoecimento, vulnerabilização e criminalização. Os ataques costumam vir da internet, principalmente de fundamentalistas e RADFEM, como também na luz do dia, com execuções no espaço público e privado (ANTRA, 2023).

Seja por ação ou por omissão, muitos estados têm se furtado de reconhecer a existência de uma violência específica, que inclui a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas como fator determinante dessa violência e das violações de direitos humanos, sociais e políticos, e pautar política de enfrentamento das mesmas, que garantam dignidade, respeito, proteção e a garantia dos direitos as pessoas trans e Não-Binárias (ANTRA, 2023. Pg. 10).

Além da onda de homicídios, temos um forte índice de suicídio dessa população, resultado do processo de adoecimento oferecido pela prática social em lidar com identidades divergentes do padrão cisgênero heterossexual. Tal situação ocorre pela falha do Estado em garantir a vida e oferecer saúde e dignidade humana/social a essa população (ANTRA,2022).

Travestis e mulheres transexuais continuam sendo expulsas de banheiros públicos, em contramão a necessidade fisiológica de cada indivíduo e desrespeitando, com a ação política trans-excludente, inviabilizando a vida nos espaços públicos, através dos discursos de ódio que levam a crimes de ódio.

Com o aumento da influência religiosa junto ao Estado, faz crescer o ideal conservador com ideias misóginas, machistas e LGBTQIA+fóbicos, promovendo ataques a democracia, ao Estado laico e enfraquecendo as políticas sociais e de apoio à trabalhadora. O projeto de governo autoritário, patriarcal, negacionista e anti-científico produz um enorme desafio a vida de pessoas com identidade fora do padrão heterossexual e cisgênero (ANTRA,2023).

Com a contínua disputa de poder, bastam apenas alguns deslizes performáticos para que a inteligibilidade social seja colocada em jogo. A criação do gênero binário quanto a sua sexualidade, cria o contexto para o/a transexual e/ou travesti sempre potencializar os signos de poder no que diz respeito ao gênero e ao sexo. As instituições médicas e jurídicas constantemente avaliam a feminilidade/masculinidade, com a fundamentação, ainda na compreensão macro que se tem das pessoas transexuais. Como forma de negação, sempre é posto em pauta à veracidade do ser transgênero, um discurso aparentemente em caráter de dúvida quanto à personalidade, mas que tem como essência o caráter transfóbico. Quando o discurso se dirige diretamente à pessoa, produz um efeito que prescreve o “ser” e gera uma série de efeitos regulatórios tensionadores na performance e subjetividade dos/as transexuais e travestis (Bento, 2006).

Nesta lógica, o que muito se propaga é o discurso de promiscuidade ao corpo transgressor, como forma de deslegitimá-lo e fortalecer o eixo de dominação da performatividade de gênero. Nessa perspectiva, a população sofre por

deslegitimação e é duramente atacada por discurso de estigma moral que, em muitas vezes, é posta em cheque sua liberdade (Buttler, 1990).

Ao modo como o indivíduo garante sua liberdade, o desejo constitui da boa ordem da cidade e não deve se confundir com livre arbítrio, considerando que é “preciso” obedecer às ordens e à prescrição que se dá. É de ordem determinante a diferença na atitude em relação aos prazeres, os signos tradicionais femininos devem ter moderação e sempre passivos, com a feminilidade ligeiramente em ligação à submissão; já o que diz respeito aos signos masculinos, os prazeres estão em ligação direta a um ser viril, aquele que comanda em posição de soberania, e assim cria o homem cisgênero como o centro do prazer e dotado de todos os privilégios (Foucault, 1976).

Fixou como base da arquitetura e urbanismo, o logocentrismo⁸ e antropomorfismo⁹, principalmente o antropomorfismo masculino, desde a época de Vitruvius, reescritos no Renascimento, e se prolongam até a modernidade. Esse sistema inclui e exclui, não necessariamente cria espaço de exclusão, mas sim, de repressão. A lógica reprime na seguinte maneira: compreende-o em termos positivos e negativos, atribui ao indivíduo incompatível ao homem cisgênero o termo negativo (logocentrismo); a mulher nessa sociedade colocou-se em termos negativos, quando reivindicou a sua presença ao invés de se ajustar na ordem simbólica. Metaforicamente, a linguagem arquitetônica e urbanística utiliza o ideal como corpo masculino, de sua forma, membros e medidas, à sua proporcionalidade. Com a construção das cidades antigas, tem-se a praça como ponto central, rodeada por aparelhos e serviços, evidencia a centralidade política da cidade em estigmatização à masculinidade, exclui e oprime o pensar e o fazer feminino e subsume a representação sagrada do feminino inteiramente dependente da maternidade, a representação velada do mito da religião (Acrest, 1988).

“O espaço se limita, se hierarquiza, se valoriza, se modifica, e as formas utilizadas para isso afetam a maneira pela qual se experimenta o meio urbano e o modo como o sujeito vê os outros” (Cortés, 2008, pag. 123).

O espaço não é apenas um mero cenário e sim materialização da discussão e da ação dos diferentes setores sociais. Não se cria lugares inertes, é imposto o gênero nas relações sociais e espaciais. A forma e estrutura da cidade organizam e determinam as relações familiares, sexuais e sociais, com a fundamentação na higienização e dominação. Desse

⁸Centralidade da razão no pensamento ocidental, fruto da consciência interiorizada que se expressa (Ferreira, 1988).

⁹Tendência para atribuir, ou a forma de pensamento que atribui formas ou características humanas a Deus, deuses, ou quaisquer outros entes naturais ou sobrenaturais (Ferreira, 1988).

modo, o homem viril se apropria do território, controla e vigia o espaço e alcança dois aspectos fundamentais: o primeiro é dotar o espaço das características ditas femininas, a passividade, na intenção de o - apresentar como neutro, o segundo procura torná-lo com sentido “assexuado”, fazendo parecer que existe um só gênero, majoritariamente, o dominante masculino constantemente em reprodução no território (Cortés, 2008).

Nas alterações da territorialização do espaço não há nada de natural, mas sim o desfecho de lutas e decisões políticas tomadas em condições tecnológicas e político-econômicas em determinação. O resultado dessas lutas e decisões tem importante implicação no modo com que as pessoas organizam sua vida comunitária, mesmo na escala específica, como a do centro urbano, é perceptível observar a dramática mudança ao decorrer do tempo, ainda que a globalização é um importante designador dessas mudanças. “Produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e com as formas políticas e culturais” (Harvey, 2000, pag. 110).

As cidades se constituem com necessidades básicas materiais (moradia, infraestrutura) e imateriais (educação, cultura), mas também oferecem diferentes experiências urbanas, como o estresse, pelo trânsito caótico das grandes cidades ou até o constante medo, à criminalidade e violência. Geograficamente, as cidades são assentamentos humanos amplamente diversos, muito além das atividades econômicas que as caracterizam e, na lógica urbana, as atividades independem da fertilidade do solo e se caracterizam como produção industrial, de atividades terciárias, habitação e circulação. Em seu perímetro urbano, o *peri-urbano*, muito se confunde aos seus usos e tem como paisagem um aspecto rural, mas, na verdade, é a lógica capital do uso do solo: maquia-se com o aspecto rural e reserva-se para que posteriormente possa ocorrer a apropriação pelos empreendedores urbanos (Souza, 2003).

Toda cidade tem diferentes tipos de espaço em determinação ao seu uso e ocupação. Ao expandir-se, cria-se vários importantes subcentros recorrentes da enorme distância ao principal centro e, em muitos os casos, esses subcentros se fortalecem de modo a roubar a cena do centro, anteriormente principal. Os centros são geralmente formados pelas atividades terciárias e, em grande parte, com especialização e sofisticação, já os subcentros apresentam o status de acordo com seu entorno. Os espaços residenciais também refletem o aspecto socioeconômico e se diferenciam entre si e, no Brasil, a renda interliga-se, ou

não, ao fator étnico-racial. Dito isso, é fator variável da diferenciação quanto à condição da qualidade de vida, aspectos materiais e imateriais, fatores esses, juntos ao prestígio e poder (Souza, 2003).

A segregação residencial junto à pobreza, ao longo da história da urbanização, é o desfecho do modelo social capitalista. Essa problemática urbana contribui para diminuir ou até extinguir a interação entre diferentes grupos sociais e, assim, dificulta a demolição de preconceitos. De modo geral, quanto mais distantes daqueles que não se conhece, embora pense conhecer, maiores as chances de se alienar com a perspectiva conservadora propagada pelo capital patriarcal. A interação estimula a tolerância, já a segregação, pelo desconhecimento, favorece a intolerância (Souza, 2003).

“Menos preconceitos podem ter, a médio ou longo prazo, uma repercussão bastante positiva na autoestima coletiva, o que, por sua vez, é um componente importante de um processo de desenvolvimento urbano autêntico” (Souza, 2003, pag. 83).

Embora Souza (2003) entenda a segregação como resultado da pobreza interligada ou não às questões étnico-raciais, não se pode desprezar que, além desses fatos, existem outros fatores que contribuem para segregação, como a negação à comunidade LGBTIA+, às diferenças entre os sexos impostas pelo capital patriarcal, entre outros.

Em qualquer escala comunitária, a produção da diferença geográfica existe pela reprodução e sustentação do capital e, conseqüentemente, pela classe dominante. Os especuladores sistematizam ganhos com infraestrutura, equipamentos e serviços que reformulam os espaços metropolitanos e criam diferenças geográficas que garantem regiões com maior investimento capital e ainda mais ricas, enquanto as carentes ficam relativamente mais empobrecidas. Logo, as mudanças culturais acompanham a volatilização do espaço no âmbito capitalista da globalização. Os efeitos negativos variam de um lugar para outro e se articulam como interesses ocupacionais gerais. A padronização e suas particularidades buscam obter incriveis benefícios, com o aumento da riqueza e do poder a partir da liberdade do comércio, o padrão é a consequência geográfica desigual da forma neoliberal da globalização (Harvey, 2000).

Na esfera do privilégio, multiplicam-se os condomínios exclusivos como medida ilusória de proteção contra a cidade real, visualizada como perigosa, violenta e que, em sua totalidade, muitos desconhecem. Os jovens e adolescentes se induzem para ter e propagar esses sentimentos e, como consequência, fortalecem e promovem a segregação residencial,

e os espaços públicos são cada vez menos frequentados, e os *shoppings centers* se instituem como a alternativa mais confortável e segura de lazer e comércio (Souza, 2003).

2.2- ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: VIOLÊNCIA E INSURGÊNCIA TRAVESTI/TRANSEXUAL.

O discurso do eixo de dominação tem um enorme poder de gerar relações e propagar ações que podem favorecer ou prejudicar um ou outro grupo social, o que, em muitos casos, cria estereótipos que inviabilizam a inteligibilidade social a uma objetiva identidade. As práticas sociais denotam os significados das relações das instituições (econômica, cultural, familiar e religiosa) com o inconveniente uso do nome de batismo ao indivíduo transgênero, que tem um forte poder depreciador, por retomar, recolocar e ressuscitar a posição do gênero que tanto luta para sair (Bento, 2006).

A identidade de grupo ultrapassa o interesse de classe como principal meio de reivindicação política e a dominação cultural supera a exploração como a injustiça fundamental, quando se diz respeito às massas desprivilegiadas. A luta por reconhecimento ultrapassa o âmbito da exploração comercial, exige tanto distribuição quanto reconhecimento, neste mundo de enorme desigualdade material. É necessário que o reconhecimento cultural e a igualdade social sustentem um ao outro, sem disparidade e aniquilação. Para combater essa problemática, a exploração, a marginalização econômica e a privação devem ser erradicadas do sistema econômico, ou seja, a injustiça social deve ser combatida com o compromisso do igualitarismo¹⁰ (Fraser, 2001).

Outra maneira de compreender a injustiça social é culturalmente ou simbolicamente, com a fundamentação na dominação cultural (padronizações, tabus), ocultação (tornar-se invisível com a autorização da própria cultura) e o desrespeito (desqualificação e objeção nas representações culturais públicas). Só é possível ocorrer uma mudança positiva quando a diversidade cultural for realmente reconhecida e valorizada. Porém, no momento em que é dito à coletividade um discurso favorável a pessoas “sexualmente” transgressoras, é possível observar a reação negativa das pessoas. A consequência é a estrutura capital que concebe modos e meios de exploração,

¹⁰ Sistema que preconiza a igualdade de condições para todos os membros da sociedade (FERREIRA, 1988).

marginalização e privação primariamente pelo gênero e sexualidade; com privilégios ao androcentrismo¹¹ (Fraser, 2001).

É importante ressaltar o modo como somos feitos e refeitos, ao longo da história, pelo processo urbano impulsionado pelas forças sociais poderosas. A urbanização sempre foi regulatória e determinante quanto ao uso do lucro permanente nas mãos de poucos, e essa configuração persiste no regime capitalista, ao qual busca excessivamente o lucro e cria uma relação muito íntima entre a urbanização e o capital (Harvey, 2003).

“Nas cidades brasileiras, a demarcação espacial (e social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora. Para verificar isso, basta conferir a expressão brasileira "centro da cidade", e também a conotação altamente negativa do espaço sub-urbano - suburbano -, novamente em contraste com os Estados Unidos” (Damatta, 1997, pag: 21).

Tanto o tempo quanto o espaço são invenções sociais aceitas pela comunidade da propriedade privada e suas origens, com o contentamento dos evolucionistas antigos e contemporâneos. Com o capitalismo como sistema econômico dominante, é possível perceber lentamente as consequências as quais o tempo e o espaço estão atrelados, de modo ainda mais individualizado no sistema hegemônico e homogêneo, nas medidas e até nas percepções e relacionamentos, com medidas únicas coordenadas sob uma ideologia igualmente dominante, de coisa social ou bem de consumo (Damatta, 1997).

A ordem estabelecida na casa e o espaço da rua correspondem a atividades e categorias sociais com a clara demarcação entre casa, rua e outro mundo, à rígida demarcação nas entradas e saídas de todas as situações em geral. A rua, muitas vezes, representa o individualismo e os direitos negativos individuais: a violência, o risco da vida pública e marginal em geral, ainda, com o rígido controle social (Damatta, 1997).

Outra forma de instituir a exploração, o privilégio e a desigualdade é através da chamada cidadania de princípio individualista e igualitário, que estabelece a hierarquia, o privilégio e o real contra-senso social e moral, ainda que a teorização da igualdade e individualismo nas sociedades de mercado seja demarcada pelos direitos universais. No mundo social, a busca pelo reconhecimento vem em meio ao conflito e à disputa, com a humanização e a personalização das situações formais, hierarquizando os indivíduos

¹¹Tendência para privilegiar o ponto de vista masculino ou considerá-lo como representante do geral (Ferreira, 1988).

implicados na determinada situação, ainda que a consciência geral e social costume distinguir o tratamento por meio da regra geral, como negar ou inferiorizar algo ou alguém (Damatta, 1997).

O conceito de contrassexualidade contribui como a teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, feminino/masculino, heterossexualidade/homossexualidade, e considera que suas práticas e identidades sexuais não passam de produtos a cerca da tecnologia sexual, em detrimento da sexualização do corpo em todo seu conjunto. De modo mais claro, o sexo é uma tecnologia de dominação heterossexual; com o disposto do sexo, é instituído o contrato social e determinado o que é natural e o que é subversivo, com seus respectivos papéis e práticas sociais (Preciado, 2014).

“Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaços-temporais oblíquas. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas” (Preciado, 2014, pag. 31).

É nesse contexto que a população, cada vez mais, procura as fortalezas urbanas, como os condomínios fechados e os tradicionais centros comerciais. Obtém-se segurança e rápido acesso ao centro da cidade, e o que realmente leva as pessoas a viverem nesses “bairros especiais” é o desejo de fugir de qualquer ameaça, com a perpétua obsessão por segurança, seja por meio da distância mínima do entorno, da obtenção da máxima visibilidade ou, ainda, do uso de tecnologia de ponta, tudo em nome da pretensa segurança, embora, na verdade, esse fato esteja mais para o fruto de um estado mental do que de uma realidade física, de forma que os espaços públicos e privados se entrelaçam de maneira confusa e o tal perigo da cidade fortalece o controle e a dominação. A consequência desse processo é a absoluta falta de intimidade e a perda da liberdade de movimento, constantemente em visualização para controlar as formas de vida e os comportamentos pessoais em conformidade com o que a maioria considera pertinente (Cortés, 2008).

Nesse contexto, podemos compreender a divisão do trabalho pelo papel materializado e convencionado ao gênero, pelas relações de poder, pelos valores sociais, e pela validação do espaço público/privado. Conseqüentemente, o indivíduo travesti ou transexual é marginalizado, à margem da sociedade, submetendo-se a condições insalubres de trabalho, com baixos salários, o que impossibilita o direito total à cidade e aumenta a complexidade da problemática urbana, recorrente da ineficiência da política pública urbana.

FIGURA 4 - NOTÍCIAS DE ASSASSINATO A TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO GOIÁS.

■ **Travesti é encontrada morta com marcas de tiros em rodovia de Goiás**

Corpo de travesti de 30 anos estava abandonado às margens de rodovia, tinha marcas de tiros e vestia a parte de cima de uma lingerie

Thalys Alcântara

04/09/2021 17:25, atualizado 04/09/2021 18:56

■ **Vídeo. Após tentativa de fuga, travesti é morta a tiros em Goiânia**

Pelas imagens, é possível notar que vítima puxava uma mala e tentou fugir correndo quando percebeu a chegada do criminoso

Laura Braga

23/04/2022 12:23, atualizado 23/04/2022 12:23

■ **Travesti que estava desaparecida é encontrada morta; ex-companheiro é suspeito**

Bianca Machado Rodrigues foi vista pela última vez no domingo (22)

26/05/2022 - 07:49

■ **Homem marca encontro com travesti e colega executa a tiros; três são presos**

Crime foi registrado no último dia 22, mas os acusados localizados em presos na madrugada desta sexta-feira (13) em um bar de Goiânia.

Homem confessa ter matado travesti esganada após relação sexual

O corpo de Ronaldo Antônio Gonçalves, de 46 anos, foi encontrado com marcas de agressão, sem roupas e coberto por um lençol

15/10/2019 às 17h52 - Há 145 dias

Transexual é morta três dias após conseguir fugir de atirador, em Goiânia

Na quinta-feira, a vítima conseguiu fugir dos tiros; no domingo, foi baleada cinco vezes e morreu.

 Yago Sales
25/03/2019, 19h31



CODOENSE TRANSEXUAL É ASSASSINADO A TIROS EM GOIÂNIA. VEJA DESESPERO DAS COLEGAS DE TRABALHO NO ATO DOS DISPAROS. VÍDEO

25 de outubro de 2021 5 comentários Ramyria Santiago

Transexual é morta por quatro homens a pedradas em Goiás

Genilson Coutinho, 03/05/2017 | 11h05

Vídeo mostra encontro de travesti e cliente para sexo em terreno baldio

Isabela foi morta com três facadas no pescoço depois que o assassino não aceitou pagar R\$ 50 pelo programa sexual.

FONTE:

<https://www.metropoles.com/brasil/travesti-e-encontrada-morta-com-marcas-de-tiros-em-rodovia-de-goias>

<https://www.metropoles.com/brasil/video-apos-tentativa-de-fuga-travesti-e-morta-a-tiros-em-goiania>

<https://opopular.com.br/noticias/cidades/travesti-que-estava-desaparecida-%C3%A9-encontrada-morta-ex-companheiro-%C3%A9-suspeito-1.2462233>

<https://www.g5news.com.br/policia/homem-marca-encontro-com-travesti-e-colega-executa-a-tiros-tres-sao-presos/169894>

<https://www.ibahia.com/brasil/homem-confessa-ter-matado-travesti-esganada-apos-relacao-sexual>

https://diaonline.ig.com.br/2019/03/25/transexual-e-morta-tres-dias-apos-conseguir-fugir-de-atirador-em-goiania/?utm_source=Yago+Sales&utm_campaign=diaonline-author

<https://www.ramyriasantiago.com.br/2021/10/codoense-transexual-e-assassinado-a-tiros-em-goiania-veja-desespero-das-colegas-de-trabalho-no-ato-dos-disparos-video/>

<http://www.doistercos.com.br/transexual-e-morta-por-quatro-homens-a-pedradas-em-goias/>

● <https://www.g5news.com.br/geral/policia-divulga-videos-da-fuga-de-acusado-de-matar-travesti/168304>

Como visto nas figuras acima, das reportagens veiculadas na internet, pouco tem importado a vida do travesti e do transexual no Brasil. Com o alto índice de violência, os atos de ódio e ainda simbólicos, essa população é marginalizada e/ou assassinada, resultado do contrato social imposto por meio da lei da interdição e da repressão, com o objetivo de fazer o indivíduo renunciar a si mesmo e, caso não renuncie, a violência é o caminho.

Ainda em análise dessas reportagens, tão pouco essas vidas são valorizadas e, em muitos casos, a sua identidade de gênero não é respeitada, com desrespeito ao nome social, mesmo depois de perdidas. Outro fator relevante é o fato dessa violência não ser recorrente em regiões específicas do país, mas sim em todas as regiões do Brasil, na forma de crimes de ódio generalizado, colocando em evidência que, onde há cidades, há violência à população travesti e transexual, o que faz do espaço público, muitas vezes, um palco para opressões e violências a essa população.

2.3- TRANS-POLÍTICAS NO COTIDIANO DO ESPAÇO: UM NÃO A MONE(Y)TIZAÇÃO DAS CIDADES.

Em sociedades de acumulação e circulação do capital, sobre o efeito de diferentes momentos do consumo produtivo, de troca e consumo individual, o capitalismo é o produtor da performática do corpo.

Embora o capital precise de trabalhadores instruídos e flexíveis, a educação dos trabalhadores não deve chegar ao ponto que permita o pensamento livre, para, assim, criar hierarquia de aptidões, com diferenciação e marcação em diferentes capacidades de cunho físico, a depender da história, da geografia, da cultura e da tradição. Nesse caso, a raça, idade e gênero são determinantes para definir o que é capaz ou o que é permitido. Os que não podem continuar a funcionar como capital variável, seja por motivos físicos, psíquicos ou sociais, logo são vítimas e estigmas. Embora o capitalista não tenha direito sobre o corpo, ele viola, desfigura, subjuga, danifica e destrói a integridade do corpo. Esse sistema oferece a condição ideal para a reprodução da exploração ao manter a relação mútua de dependência do trabalho (Marx, 1976 *apud* Harvey, 2000, pag.140 a 160).

Muito são os padrões criados para os corpos, para satisfazer as convenções ditas tradicionais e excluir a diversidades dos corpos. Quando se pensa em espaço urbano, o

direito à cidade inclui o direito de usá-la e participar da criação e recriação do que falta no espaço urbano. Não deve existir um protótipo de vida homogêneo que possa vir a servir de base para definir as necessidades, satisfazê-las, ou articular seus direitos. O padrão de vida adequado precisa ser estabelecido através da diversidade humana ao identificar a particular necessidade humana. As violações ao direito à cidade, para “embelezamento” ou, ainda, para satisfazer ou fortalecer as convenções tradicionais, estão relacionadas à remoção espacial através da gentrificação, e fortalecem a criminalização e a segregação em vivência e encontros diários na cidade (Buckingham, 2010).

Se o indivíduo é socialmente construído, entende-se que o espaço também o é, com participação integral na criação da vida diária. Na construção social da mulher, o medo aos espaços públicos é decorrente das categorias de gênero criadas simbolicamente pelas relações de poder patriarcais de dominação (Buckingham, 2010). No entanto, é pertinente elencar, do mesmo modo que as mulheres, a comunidade LGBTQIA+ é socialmente construída à sujeição das políticas capitais e patriarcais, com a negação aos espaços públicos junto ao medo da violência.

A sujeição é incessantemente produzida e proliferada a fim de fortalecer o poder jurídico e contribuir para acentuar a fuga pelo medo. Nesse sentido, a restrição estabelece ao corpo o papel de produzir e proliferar como objeto de regulação, embora ocorra a constante reivindicação da liberdade à corporificação. A sujeição ao corpo subordinado se apoia na moral, a forma mais clara na fundamentação da violência praticada (Buttler, 2017).

O processo de territorialização geográfica assumiu uma hiper urbanização, a partir de 1950, e contribuiu para o crescimento da população global, ainda que, com uma aceleração na grande revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial. “A “tese da globalização” assumiu feições de um potente instrumento ideológico de ataque aos socialistas, aos defensores do Estado do bem estar social, aos nacionalistas” (Harvey, 2000, pag. 94).

Erroneamente, o planejamento urbano está cada vez mais com a finalidade de produzir riqueza nas cidades, alvo da política neoliberal conservadora, sob a liderança do planejador empreendedor. A cidade precisa empregar outras finalidades que não sejam apenas as de atrair comércio, especular o valor do solo e puramente de crescimento. Os propagadores dessas coalizões, os planejadores urbanos e promotores culturais, fortalecem

a conhecida hegemonia estadunidense como globalização para desenvolver o modelo “máquina de crescimento”, em detrimento às vontades do capital (Arantes, 2000).

Como tentativa de promover um desenvolvimento autêntico, a reforma urbana é bastante diversa em seus objetivos, e os prioritários são: coibir a especulação imobiliária, reduzir a segregação residencial e democratizar o planejamento do espaço urbano. Descentralizar o poder sobre o solo urbano das “mãos” do capital, para promover justiça social e assegurar a função social do solo urbano são os objetivos da reforma urbana. Mesmo com a redistribuição indireta de renda possível, também engloba medidas geradoras de emprego e renda. O Estado tem papel fundamental nesta medida e, para isso, as organizações da sociedade civil precisam estabelecer alianças, com propósito de criar ações e políticas públicas, para pressionar o Estado. Mas, ainda assim, é necessário que estas organizações tenham o máximo de independência da força governamental (Souza, 2003).

Na elaboração da Constituição Federal de 1988, foram apresentadas por entidades da sociedade civil, várias “emendas populares” diretamente ao Congresso brasileiro, e no que diz respeito à reforma urbana, emendas bastante extensas em sua elaboração foram propostas. Mas no fundo, a proposta legislativa das emendas populares era um mecanismo consultivo, e não propriamente deliberativo. No entanto, as emendas que possuíam vários temas importantes à reforma urbana, foram podadas até que, na Constituição de 1988, foram reduzidas aos artigos 182 e 183 (Souza, 2003). É pertinente reproduzir os artigos 182 e 183 da Constituição Federal:

“Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- I – parcelamento ou edificação compulsória;
 - II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
 - III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- § 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- § 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- § 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião” (Brasil, 1988).

Diante aos fatos, tomou-se, como opção à reforma urbana, a condensação de toda política urbana em apenas dois capítulos da constituição e, através de lutas, foi aprovada, em 2001, a Lei Federal de Desenvolvimento Urbano, o Estatuto da Cidade, com o propósito do governo municipal, em conjunto com a sociedade civil, através do plano diretor, estabelecer diretrizes que promovam a função social da terra urbana. A democracia é autêntica quando existe a construção coletiva entre as entidades sociais, e, para contribuir com o desenvolvimento urbano, é preciso munir-se de instrumentos adequados para implementar as propostas (SOUZA, 2003). Importante para o Brasil, este projeto reivindicatório a uma nova cidade, com a quebra de privilégios ao solo urbano:

“A principal bandeira da reforma urbana se consolida: o direito à cidade, que se caracteriza pela gestão democrática e participativa das cidades; pelo cumprimento da função social da cidade; pela garantia da justiça social e de condições dignas a todos os habitantes das cidades; pela subordinação da propriedade à função social; e pelas sanções aos proprietários nos casos de não cumprimento da função social” (Júnior e Uzzo, 2010, pag. 261).

Como medida para coibir a especulação imobiliária, o parcelamento compulsório à edificação é uma forte aliança para que a propriedade urbana ociosa, ou subutilizada, cumpra a função social da terra urbana. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo pode ser aplicado aos terrenos ociosos ou subutilizados, a fim de obrigar um uso, mínimo que seja, do princípio constitucional da função social da cidade e, em casos extremos, a desapropriação. Outro mecanismo importante é a outorga onerosa, instrumento

que contribui para que não ocorra saturação na infraestrutura da cidade, e que determina que o direito de construir acima do permitido para determinada área possa ser adquirido por este instrumento. Ou seja, estes instrumentos regulam o uso do solo e, acima de tudo, restringem o direito e o dever da propriedade urbana (Souza, 2003).

Ainda, como medida para cumprir a função social da propriedade urbana, a regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda é um forte aliado à quebra das desigualdades, para fortalecer a justiça social e, ainda, a cidadania (Júnior e Uzzo, 2010).

São enormes as dificuldades para implementar uma reforma urbana, devido à falta de importância dada à opinião pública. Além disso, o governo tem, muitas vezes, agido de acordo com os ideais dos grandes empresários. Na maioria das vezes, a implementação dos instrumentos da reforma urbana não é possível devido à enorme pressão dos interesses contrários aos que ganham com a especulação imobiliária, à excessiva densidade nas áreas nobres, e, ainda, à destruição do patrimônio natural, histórico e arquitetônico. Os obstáculos políticos, por meio da propaganda, utilizam da mídia para que a opinião pública reaja de acordo com as ideias do poder capital dominante. No entanto, é preciso que o planejamento tenha participação popular, sem colocar o Estado como o centro das atenções, pois o centro das atenções deve ser o que se passa na sociedade e o que ela pode fazer para se tornar mais autônoma e livre (Souza, 2003).

É importante ressaltar que o caráter da reforma urbana tem, como prática, além dos instrumentos para regular o uso do solo, contribuir com a geração de renda, com a redução das tensões e da violência urbana, com o fortalecimento da economia popular, entre várias outras medidas e incentivos (Souza, 2003).

A Constituição de 1988, juntamente com o Estatuto da Cidade e os planos diretores, soma uma enorme conquista de representação social e política. Embora tais instrumentos sejam um enorme avanço histórico, ainda são insuficientes para todos os desafios colocados à população brasileira. Essa nova ordem jurídica e urbanística não apresenta garantias efetivas, devido à disputa entre o capital, com interesse na velha ordem jurídica, e os defensores do papel do espaço urbano como meio de promoção à função social de cooperação comunitária (Farias, 2012).

“A ausência de debates quanto ao futuro da diversidade sexual na política urbana demonstra que ela não suscita ainda o interesse dos atores

encarregados da prática urbanística. Neste quadro, a injustiça não repousa tanto sobre as relações de exploração quanto sobre uma dominação cultural, ou imperialismo cultural no sentido que ele tende a tornar invisível um grupo através da instauração de uma norma colocada como universal, vista no caso da heterossexualidade, como natural” (Farias, 2012, pag. 103).

A prática urbanística brasileira não tem proximidade entre planejamento urbano e sexualidade. Mesmo no momento de maior mobilização, na elaboração dos planos diretores, a participação LGBTQIA+ costuma ser insignificante ou nula. Surge, daí, a dificuldade de se pensar as demandas dessa comunidade nos planos urbanísticos. Em contrapartida a esse fato, as pesquisas científicas, que se desenvolvem na geografia social, evidenciam o desejo dessa “minoría” em expressar sua identidade, em se reconhecer nos espaços públicos sem se expor à violência (Farias, 2012).

Deve-se levar em consideração o modo com que o controle social se emprega, com caráter não apenas para a regulação das práticas sociais como forma de organização social, e também para a regulação da população com a fundamentação moral e religiosa. Através da inserção de tabus aos costumes, são instituídas verdades, o que pode se considerar como a maior violência simbólica, etnocêntrica e comunitária em prática pela classe dominante patriarcal, conjuntamente ao governo estatal.

Ainda, não é por falta de planos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam graves problemas, e nem necessariamente pela má qualidade desses planos, mas sim por seguirem o interesse tradicional da política local e de grupos específicos ligados ao poder político. O movimento moderno, que teve enorme contribuição para a atual problemática urbana, assegurou o amplo direito à moradia, mas não o direito à cidade (Maricato, 2000).

Como aborda Choay (2010), o urbanismo em questão é produzido com os meios do planejamento urbano, muitas vezes atrelado ao capitalismo; com um modelo de segregação e injustiça social. Porém, o urbanismo em questão deve reivindicar o ponto de vista verdadeiro, em nome da verdade. O urbanismo deve buscar resolver os problemas cabíveis de solução do planejador urbano, os problemas atuais do planejamento urbano.

A/O profissional urbanista deve se atentar e assegurar sua função teórica e prática, com o apanágio de especialistas. O urbanismo deve deixar de se inserir numa visão global da sociedade e de despolitizar (Choay, 2010).

O interesse do urbanista em sua prática profissional deve estar atrelado às reais necessidades sociais, juntamente com a população, para assegurar a justiça social e a dignidade humana, social e econômica à população envolvida. Precisa descentralizar suas ações de áreas de interesse ao grande e fortificado sistema capitalista, e universalizar o acesso ao planejamento urbano às camadas mais vulneráveis da sociedade.

3 SUBJETIVIDADES E APLICAÇÃO METODOLÓGICA

Essa pesquisa foi movida a partir do posicionamento de despir-se do olhar classista e universal da dinâmica do espaço urbano. Ela busca a compreensão da vivência travesti e transexual na relação de suas vivências com o espaço. São analisadas, de modo qualitativo, as subjetividades de travesti e transexuais, a fim de proporcionar o rigor científico necessário para o desenvolvimento desta dissertação.

Em seguida, é apresentado o perfil das voluntárias, com o recorte social da realidade brasileira dessa população, para, no próximo capítulo, serem apresentados os questionários aplicados às voluntárias e as análises urbanas sociais.

3.1- ABORDAGEM E ANÁLISE METODOLÓGICA DA PESQUISA

As posturas vivenciadas ao decorrer da construção deste trabalho, fizeram com que se pensasse cada vez mais no método em fazer pesquisa, na postura a ser adotada. Entendo a importância de aplicar uma metodologia solidária às questões sociais, com pensamento baseado em teorias consistentes, no campo metodológico da pesquisa qualitativa e epistemológica. Ao considerar a ciência como o meio de apresentar a realidade, com a pesquisa no campo das ciências sociais aplicada de certa forma que demande sensibilidade das relações construídas e desconstruídas ao decorrer da caminhada na academia.

É importante a definição com métodos científicos consistentes e, mesmo em pesquisas contra hegemônicas, a qualidade e a seriedade às evidências científicas são tomadas de decisão, sem comprometer a qualidade dos resultados ou, ainda, a realidade das voluntárias, considerando o recorte de identidade de gênero, sexual, racial, social, econômico e etário.

No trabalho de investigação, a pesquisa, a teoria, as proposições e os conceitos são eixos fundamentais para a delimitação aos fenômenos e dos processos de construção do que é pesquisado. Ainda, estabelecer a criatividade do pesquisador contribui para a abrangência teórica de abordagem, quando o objeto das ciências sociais aplicadas é essencialmente qualitativo (Minayo e Deslandes 2007).

Na perspectiva qualitativa, essa pesquisa está situada no âmbito das ciências sociais aplicadas, não havendo a possibilidade de quantificar para obter resultados. Serão utilizadas as resoluções urbanas, sociais e econômicas que emancipam ou não a população

travesti e transexual. O referencial teórico proporcionará as devidas definições e conceitos para auxiliar nas reflexões, diálogo e análise dos questionários e formulários coletados.

“A coleta de dados também se faz a partir de uma série de prescrições, cujos instrumentos mais usados são os questionários, os formulários e as entrevistas que podem ser estruturadas, padronizadas, contendo perguntas que seguem um roteiro pré-estabelecido, ou não estruturadas, despadronizadas, consistindo de uma conversa informal, alimentada por perguntas abertas” (Santaella, 2001. Pag. 149).

Para a pesquisa, será feita uma busca nas literaturas que proporcionarão o acesso à produção científica da área, para trazer as devidas definições e conceitos, auxiliar nas reflexões, diálogo e análise dos depoimentos da pesquisa. Será feito, também, um aprofundamento nas literaturas especializadas da temática, com o intuito de fazer reflexões e discussões que venham a contribuir para a análise dos depoimentos.

A pesquisa documental proporcionará as reflexões sobre o direito à cidade dessa população tão marginalizada, em termos contextuais e teóricos da dinâmica em Goiânia, a fim de poder compreender suas vivências e lutas cotidianas. Conjuntamente, a pesquisa, os documentos, a bibliografia e os questionários aplicados constituirão a produção dos dados da pesquisa que será analisada utilizando autores pertinentes, que proporcionaram as reflexões sobre o direito à cidade à população travesti e transexual em termos contextuais, teóricos e metodológicos, na cidade de Goiânia.

Para o processo de investigação da pesquisa, é utilizado o questionário (GIL, 1999) em forma de formulário, por sua capacidade de atingir um grande número de pessoas, garantir o anonimato da identidade da pessoa voluntária, e também não expor as voluntárias à influência dos discursos e de todo o seu aspecto social.

Essas questões referem-se a dados concretos e fáceis de precisar, como sexo, idade, naturalidade, estado civil, número de filhos etc. De modo geral, essas questões são respondidas com sinceridade, salvo quando o pesquisado possa supor que de suas respostas derive uma consequência negativa, como aumento de impostos. Pode ocorrer, também, que perguntas dessa natureza sejam respondidas equivocadamente, sobretudo quando se referem a fatos distantes no tempo. (Gill, 1999. Pg. 125).

Deste modo, é válido salientar a importância da elaboração dos questionários de maneira coerente com o universo discursivo das voluntárias. As questões sobre fatos e também sobre sentimentos serão de natureza fechada e aberta, para garantir ampla liberdade de resposta, e também ao considerar toda a complexidade da pesquisa.

TABELA 1 - ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR O EFEITO DE QUESTÕES CONSTRANGEDORAS E AMEAÇADORAS.

| TIPOS DE QUESTÕES | AMEAÇAS QUE PODEM GERAR | ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR AS AMEAÇAS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Questões de cunho normativo, relativas a: higiene, moralidade, responsabilidade social, estética, julgamento, lealdade grupai etc. | Medo do respondente ser socialmente rejeitado pelo pesquisador. | -Enfatizar o anonimato do questionário. -Reduzir a chance do pesquisador ser encarado como um colega. -Utilizar procedimentos que estabeleçam uma distância tanto física quanto psicológica entre pesquisador e pesquisado. |
| Questões relacionadas a temas políticos ou econômico. | Medo de que o entrevistador possa interferir na situação econômica ou política do respondente. | -Acentuar a confiabilidade. -Enfatizar a importância das respostas. |

Fonte: Foddy, William, 1993.

É importante reafirmar que o questionário aplicado terá apenas questões relacionadas à problemática pesquisada, e não terá questões que penetrem as intimidades das pessoas, evitando constrangimentos e perguntas não pertinentes ao interesse social da pesquisa, como é explicado na tabela acima.

Com essa perspectiva, a pesquisa tem a finalidade de mensurar os espaços heterotópicos. Como defende Foucault (1987), essas heterotopias urbanas, esses outros espaços, surgem das próprias posições e contraposições da população ou de apenas um grupo da população, na medida em que se questiona o papel da cidade, quanto à função social, diante da enorme disparidade social e econômica existente no Brasil.

Segundo a ANTRA (2023), a juventude travesti e transexual está cada vez mais exposta à violência, sendo que os membros deste grupo que trabalham com a prostituição estão diretamente expostos à violência física, psicológica, simbólica e até mesmo ao

assassinato. Quanto mais jovem, maior é a propensão à violação, sendo as maiores taxas de violência à população jovem e, ao decorrer da vida, essa população vê a possibilidade de ser assassinado/a diminuir.

Para interpretar o questionário aplicado, utilizaremos a metodologia da análise de conteúdo, para regras de raciocínio. Como aborda Bardin (1977), a análise de conteúdo é inerente a vários campos do saber, quando se deseja mensurar resultados através da comunicação, sem perder o rigor e a descoberta dos dados qualitativos do comunicante, como a técnica de análise às comunicações.

“Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 1977. Pg. 32).

A análise de conteúdo pode ser uma análise de significados ou, ainda, de significantes, com o tratamento descritivo. “Uma técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação dessas mesmas comunicações” (Bardin, 1977. Pg. 36).

As regras para a aplicabilidade da análise de conteúdo precisam ser homogêneas, exaustivas, no sentido de usar o texto em sua totalidade, exclusivas (não podendo o mesmo elemento estar em duas categorias diferentes), objetivas, adequadas e pertinentes, no sentido da adaptação do conteúdo e do objeto (Bardin, 1977).

TABELA 2 - DOMÍNIOS POSSÍVEIS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.

| <i>Código e suporte</i> | <i>Número de pessoas implicadas na comunicação</i> | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <i>Uma pessoa «monólogo»</i> | <i>Comunicação dual, «diálogo»</i> | <i>Grupo restrito</i> | <i>Comunicação de massa</i> |
| LINGUISTICO | | | | |
| Escrito | Agendas, maus pensamentos, congeminções, diários íntimos. | Cartas, respostas a questionários, a testes projectivos, trabalhos escolares. | Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas, trocadas dentro de um grupo. | Jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos jurídicos, panfletos. |
| Oral | Delírio do doente mental, sonhos. | Entrevistas e conversações de qualquer espécie. | Discussões, entrevistas, conversações de grupo de qualquer natureza. | Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discursos. |
| ICÓNICO (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, etc.). | Garatujas mais ou menos automáticas, grafitos, sonhos. | Respostas aos testes projectivos, comunicação entre duas pessoas através da imagem. | Toda a comunicação icónica num pequeno grupo (p. ex.: símbolos icónicos numa sociedade secreta, numa casta...). | Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão. |
| OUTROS CÓDIGOS SEMIÓTICOS (i. é, tudo o que não sendo linguístico, pode ser portador de significações; ex.: música, código olfactivo, objectos diversos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos, etc.). | Manifestações históricas da docença mental, posturas, gestos, tíques, dança, colecções de objectos. | Comunicação não verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfactivos, manifestações emocionais, objectos quotidianos, vestuário, alojamento...), comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia. | | Meio físico e simbólico: sinalização urbana, monumentos, arte...; mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura. |

Fonte: Bardin, 1977.

É importante levar em consideração a associação de palavras nas respostas obtidas nos questionários aplicados, para chegar a representação necessária na análise descritiva do conteúdo, com a observação dos objetos cotidianos sobre a relação individual. O método será trabalhado a partir da pré-análise, da exploração de todo material, do tratamento do/os resultado/os, da inferência e da interpretação.

3.2- COLETA DE DADOS

Para a interpretação a respeito da pesquisa, emprega-se o uso da pesquisa qualitativa para delinear e compreender os dados provenientes da aplicação do questionário. São utilizadas ferramentas do Google Forms para a coleta de dados online das voluntárias (para a participação, é preciso apenas ter acesso ao uso do computador e/ou smartphones com acesso à internet), com o objetivo de compreender as insurgências de travestis e mulheres transexuais na luta pelo direito à cidade.

“Nas abordagens qualitativas, o termo pesquisa ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente

com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador – investigador”. (Garnica, 1997, p. 111)

O questionário será formulado com todos os cuidados, minimizando-se qualquer transtorno, sem ferir a intimidade da participante, os seus direitos, suas condições sociais, culturais, concepções e opiniões, entre outras características. É assegurada a sua liberdade de participação no questionário. A participante da pesquisa tem garantido o respeito ao direito de participar ou não, e pode interromper a sua participação, sem qualquer tipo de pressão psicológica, moral e intelectual para participar dos questionários e autorizar ou não a utilização do material na pesquisa.

Os questionários serão trabalhados sem qualquer identificação da voluntária, resguardando a sua identidade. Após o recebimento do questionário preenchido, ele será impresso e apagado de qualquer meio digital. Ao fim da pesquisa, o material colhido será destruído, sem qualquer possibilidade de recuperação. Vale salientar a importância da elaboração dos questionários de maneira coerente com o universo discursivo das voluntárias. No questionário, as questões sobre fatos e sobre sentimentos serão de natureza fechada e aberta, para garantir ampla liberdade de resposta e também ao considerar toda a complexidade da pesquisa.

TABELA 3 - ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO À PESQUISA.

CIDADE HEGEMÔNICA E FRAGMENTADA: AS INSURGÊNCIAS TRAVESTI/TRANSEXUAL NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE.

- Você está sendo convidada para participar, como voluntária, em uma pesquisa intitulada “**CIDADE HEGEMÔNICA E FRAGMENTADA: AS INSURGÊNCIAS TRAVESTI/TRANSEXUAL NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE**”. Meu nome é Cassio Rafael Meneses Giacomini, sou pesquisador responsável. A pesquisa conta com a orientação do Professor Dr. Walter Matias Lima, docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, Maceió - Alagoas.

Informações sobre a pesquisa:

- A pesquisa busca investigar o espaço urbano em função da apropriação da população travesti e de mulheres transexuais em Goiânia, da democratização e dinâmica do espaço urbano de Goiânia.

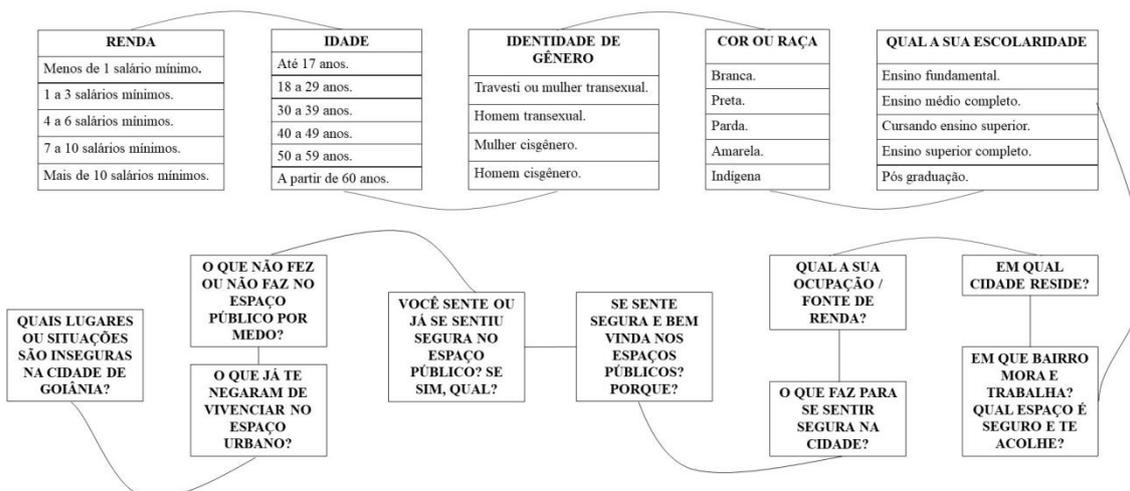
Informações importantes:

- Não haverá divulgação do seu nome em nenhuma situação e você pode desistir de contribuir com a pesquisa em qualquer momento, seja por qual motivo for. Diante das situações expostas, destacamos que você, enquanto participante, tem plena liberdade para decidir a respeito da sua participação voluntária. Os questionários serão analisados e seus dados publicados de modo anônimo, conforme as normas éticas e a legislação vigente.

Fonte: Autor, 2023.

Desta forma, o convite foi encaminhado às voluntárias através do WhatsApp e/ou Instagram, com as informações contidas na tabela acima e, em alguns casos, com um áudio de apresentação para reforçar que não se tratava de um golpe/robô, e sim de uma pesquisa séria e comprometida com o CEP. Após a participação na pesquisa, foi encaminhado via e-mail às participantes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE para assinatura digital, e o mesmo armazenado em responsabilidade do pesquisador.

FIGURA 5 - QUESTIONÁRIO APLICADO VIA GOOGLE FORMS.



Fonte: Autor, 2023.

O questionário aplicado via Google Forms foi encaminhado às possíveis voluntárias, esclarecendo as dúvidas sobre a sua participação na pesquisa. A participação ou não na pesquisa caberia apenas às voluntárias, estando elas livres à escolha de participar

ou não, sem qualquer penalidade ou desagrado. Todas as informações cedidas foram mantidas em anonimato e armazenadas apenas em modo impresso, como determina a resolução de cumprimento, publicização e destinação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP com seres humanos.

3.3- AS VOLUNTÁRIAS E SEU RECORTE SOCIAL

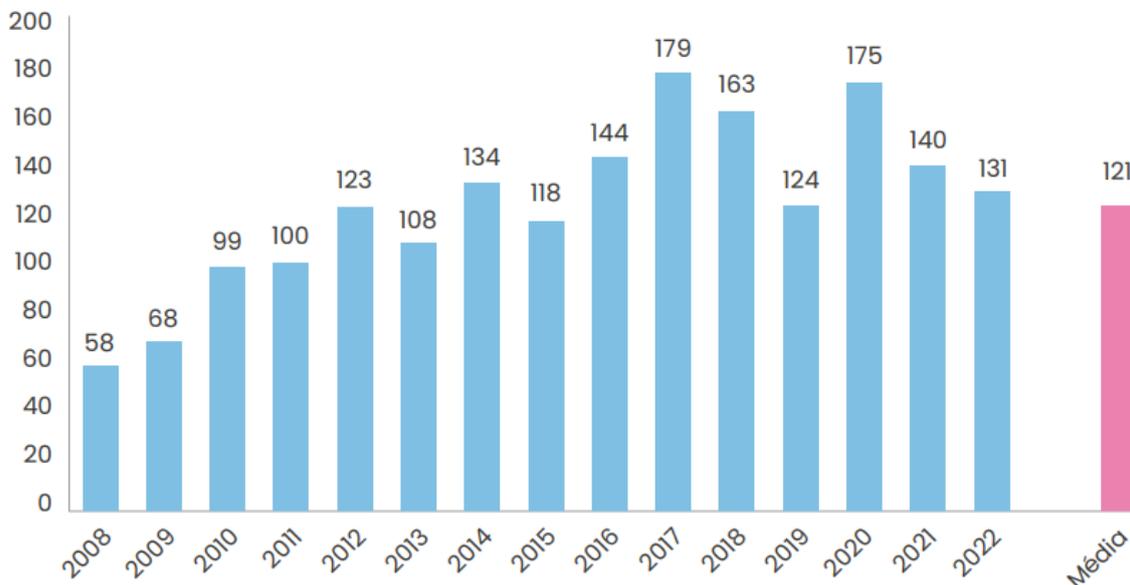
Ao se considerar a cruel realidade da comunidade LGBTQIA+, ainda mais acentuada à população travesti e transexual do Brasil, deve-se notar, como visto anteriormente, a enorme onda de ódio perpetuada contra essa comunidade, ainda que seja utilizada como razão a tal ato, a moral com toda sua premissa conservadora. O Brasil não tem sido diferente de outros países subdesenvolvidos, ao apresentar os altos índices de violência contra travestis e transexuais.

Diversas violações de direitos humanos e dos tratados internacionais cometidas pelo governo brasileiro vem sendo observadas e denunciadas por instituições de direitos humanos no tocante ao cotidiano das pessoas trans, sob a perspectiva de políticas antigênero. Políticas estas que vêm sendo implementadas em uma agenda crescente ao redor do mundo, onde o Brasil se destaca por ser um dos países que assume publicamente posição ao lado de países como a Polônia, Hungria, Rússia e o Reino Unido, este último que passou a ser incluído como um país com grande disseminação de ódio transfóbico nas redes sociais (ANTRA, 2023. pg. 11).

Ainda sobre as violações contra a população trans e travesti, as violações de direitos humanos tem forte influência religiosa no Estado nesses últimos anos. Ainda, contribuindo com o forte sentimento conservador, misógino, machista e LGBTQIA+fóbicos; e enfraquecendo os movimentos sociais e de apoio ao trabalhador (ANTRA,2023).

Em 2023, houve um crescimento no número de assassinatos acima da média observada entre os anos de 2008 e 2022. Pelo menos 151 pessoas transexuais ou travestis foram mortas, com 131 casos de assassinatos e 20 casos de suicídio de transexuais ou travestis. São 130 mulheres transexuais ou travesti, 01 homem transexual/pessoa trans-masculina (ANTRA, 2023).

TABELA 4 - DADOS DOS ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL ENTRE 2008 E 2022.



Fonte: Benevides, 2023.

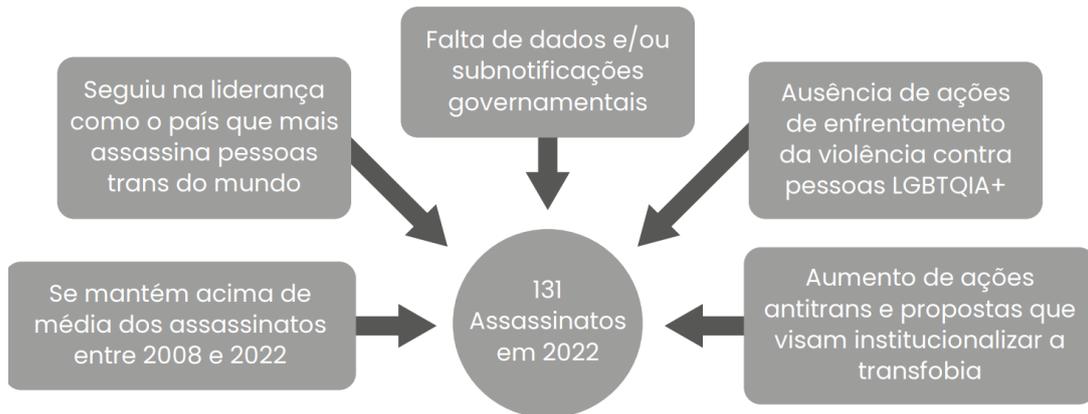
Ao observar o gráfico acima, compreendemos que a média nacional, entre 2008 e 2022, é de 121 casos anuais de assassinatos de pessoas transexuais e/ou travestis no Brasil. Compreendemos que, em 2022, o número de assassinatos continua acima da média, com um total de 8% de aumento em relação à média total. A situação só demonstra o quão longe estamos de a sociedade compreender que a vida transexual e travesti deve ser respeitada, com dignidade e direito de existir.

“A realidade é que pessoas trans não têm tido a atenção ou a proteção adequada e tampouco se sentem seguras em existir e viver em uma sociedade cissexista, que desumaniza essas existências, incluindo os requintes de crueldade. Onde o próprio Estado, governos e agentes públicos têm sido parte do problema sob diversas óticas, se faz urgente traçar estratégias de fortalecimento das instituições de luta pelos direitos das pessoas LGBTQIA+, a proteção de defensores de Direitos Humanos, e pela garantia da sobrevivência de nossa comunidade em governos patriarcais, machistas e contrários aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+” (ANTRA, 2023. Pg. 15).

Ainda, pode se observar o crescimento gritante de casos em relação ao ano de 2008, um aumento bastante expressivo ao decorrer dos anos, sempre os colocando acima das médias, anos após anos. Esse aumento pode ser pelo real aumento ano após ano, ou, então, pode ser que os anos com menores casos sejam pela subnotificação dos casos por meio da mídia, Estado, e sociedade, mostrando o viés transfóbico na maneira como, mesmo depois

de mortas ou mortos, suas identidades não são respeitadas, fato que vem acontecendo até os dias atuais.

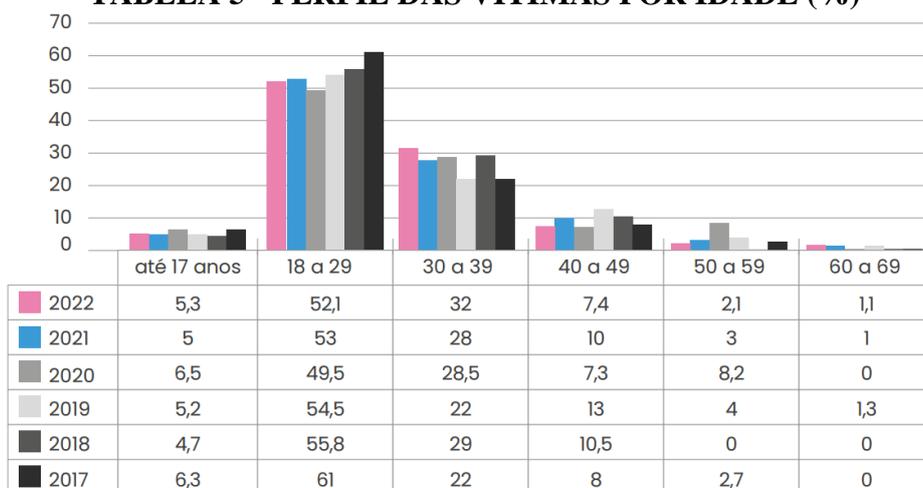
FIGURA 6 - CENÁRIO GERAL DOS CASOS DE ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTI NO BRASIL EM 2022.



Fonte: Benevides, 2023.

Na figura 05, como aborda ANTRA (2023, pg. 28), é preciso analisar as informações que atravessam os números, para que não ocorra a sensação de melhora no cenário global, no enfrentamento efetivo da violência transfóbica e do múltiplo contexto da violência contra pessoas transexuais e travestis no Brasil.

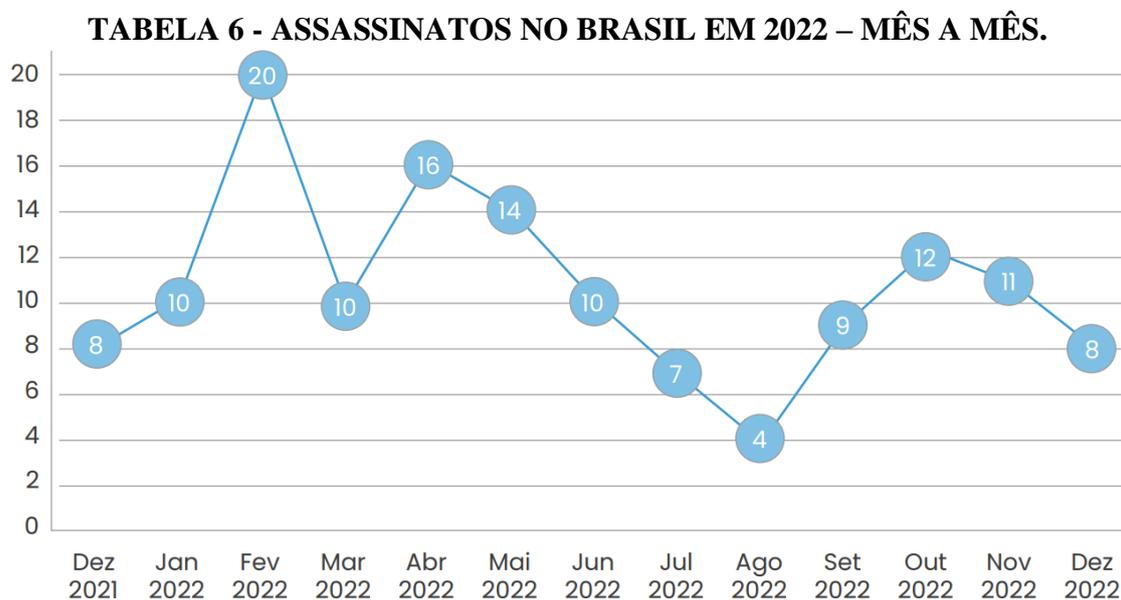
TABELA 5 - PERFIL DAS VÍTIMAS POR IDADE (%)



Fonte: Benevides, 2023.

Ao observar o gráfico 03, pessoas transexuais e travestis com até 39 anos são as com maior risco de sofrer assassinato, com a média entre 2017 e 2022 em 80% dos casos,

evidenciando o quão arriscado é ser travesti ou transexual no Brasil, uma tremenda barbárie contra a vida dessa população, que possui uma expectativa de vida de 35 anos, como é pesquisado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil). Poucas chegam aos 35 anos de idade. Os dados têm demonstrado que, mesmo com o declínio no risco de assassinato conforme o aumento da idade, mais nada em questões de segurança melhora na vida dessas pessoas. As adolescentes transexuais e travestis são as que correm maior risco de serem assassinadas ou violentadas, principalmente quando as famílias não as acolhem, contribuindo para a vulnerabilidade frente as opressões.



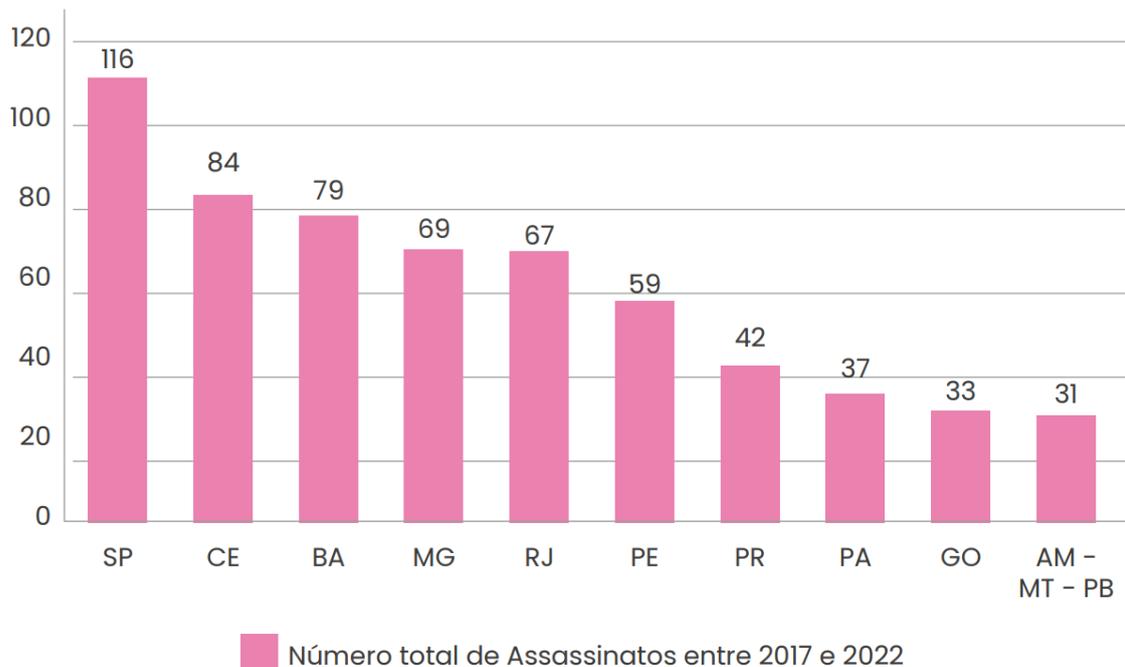
Fonte: Benevides, 2023.

No ano de 2022, houve, pelo menos, 11 casos de assassinatos por mês (média), e 61% dos casos ocorreram no primeiro semestre. Fica nítido que o declínio de assassinatos no segundo semestre tenha as movimentações em torno das eleições como responsáveis, pessoas progressistas tenderam a buscar maior proteção diante do cenário de violência política bolsonarista e fascista. Outra problemática na falta de dados é a subnotificação estatal, o apagão dos dados públicos provocados pelo governo e a falta de informações sistematizadas provenientes dos estados, ocorridas no ano de 2023 (ANTRA, 2023).

Em 2022, Pernambuco foi o estado brasileiro com o maior número de pessoas transexuais e travestis assassinadas. Uma pessoa foi morta a cada três dias, em média, no Brasil, 76% das vítimas eram negras/pretas e os crimes ocorreram, majoritariamente, em

espaços públicos. Foram registradas pelo menos 142 violações de Direitos Humanos contra essa população (ANTRA, 2023).

TABELA 7 - ESTADOS QUE MAIS ASSASSINARAM PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTI.



Fonte: Benevides, 2023.

Na colocação dos casos por estado brasileiro entre os anos de 2017 e 2022, São Paulo aparece com 116 casos, Ceará com 84 casos, Bahia com 79 casos, Minas Gerais com 69 casos, Rio de Janeiro com 67 casos, Pernambuco com 59 casos, Paraná com 37 casos, Goiás com 33 casos e Amazonas, Mato Grosso e Paraíba com 31 casos.

Algo de suma importância, é salientar a importância de parlamentares transexuais e travestis no Brasil. Podemos citar Erika Hilton, eleita vereadora e agora deputada federal em São Paulo, Erica Malunguinho, eleita deputada estadual de São Paulo entre 2018 e 2022, Duda Salabert, como vereadora e agora deputada federal em Minas Gerais, Linda Brasil, eleita deputada estadual em Sergipe, Dani Baldi, eleita deputada estadual no Rio de Janeiro, e Carolina Iara, eleita co-deputada estadual em São Paulo. Muitas dessas mulheres já são conhecidas pelo seu enfrentamento às violências de gênero e também às atrocidades contra as minorias.

Com essa perspectiva, a pesquisa buscou aplicar o questionário a 10 travestis e mulheres transexuais moradoras de Goiânia, com a perspectiva de conseguir cinco participações ao final.

3.4- PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A transexualidade é vista de diversas formas em todo o mundo. As questões culturais e sociais são inteiramente responsáveis aos dizeres e ao modo de tratamento a estes indivíduos, com seu papel sexual ligado ao sexo biológico e social. Toda negação a estas pessoas, no Brasil, é reflexo desse país dito tradicional, com o papel social muito bem definido, violento, excludente e segregador.

Butler (1990) aborda que o sujeito se desenvolve a partir do sistema político-social, com traço de gênero determinante em um eixo principal de dominação, supostamente masculino, ao invés de facilitar a emancipação dos corpos. Isso aparece como forma de dominação e de proteção ao indivíduo em relação à estrutura política, de forma cruel, com máscaras, e é culturalmente aceito:

“A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (Buttler, 1990, pag. 19).

Nesta perspectiva, a análise de dados do questionário foi realizada com o intuito de investigar o espaço urbano como promotor de direito e justiça social à população travesti e às mulheres transexuais de Goiânia quanto a sua democratização ao direito à cidade. O mesmo foi elaborado com perguntas abertas e fechadas, com perguntas fechadas quanto a renda, idade, identidade de gênero, cor ou raça, e escolaridade. As perguntas abertas abordaram questões sobre a sua relação com o espaço urbano, a apropriação, a segurança e a existência no contexto urbano.

Para analisar os dados da pesquisa, foi utilizada a Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (1977), que possibilitou a constituição das Categorias de Análise, por meio do movimento dialógico e da interlocução dos dados, conceitos e aportes teóricos de toda a pesquisa, para a compreensão do objeto de pesquisa investigado.

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter (por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens) indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência

de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42).

Com os dados da pesquisa aplicada, são analisadas as respostas em questão, com a sistematização e a apresentação dos objetivos descritivos do conteúdo, na abordagem descritiva dos indicadores, juntamente às literaturas da pesquisa bibliográfica e documental.

Ao utilizar a Análise de Conteúdo, é necessário que o pesquisador apresente cada etapa da análise, as perguntas (do questionário em questão), o esquema teórico e sua problemática, a relação do objeto de pesquisa para com o material da análise, para que seja possível realizar o tratamento dos resultados. Como aborda Bardin (1977), a análise de conteúdo se estrutura em três fases: a pré-análise, a exploração do material, categorização ou codificação, e o tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Para a contextualização das categorias das questões, é preciso compreender as categorias pensadas anteriormente às questões, como delimitador e fundamentador à elaboração do questionário.

Na fase inicial, intitulada pré-análise, juntamente à leitura flutuante, emprega-se o contato com o material de análise, com o objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais para o desenvolvimento do plano analítico, considerando a flexibilidade de novos procedimentos em seu decurso. “Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (Bardin, 1977. Pg. 95). É importante, neste procedimento analítico inicial, não desconsiderar as regras da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência.

Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (Bardin, 1977. Pg. 102).

Após a exploração do material, os resultados devem ser significativos e válidos. A codificação para explicitar o resultado corresponde à transformação dos dados obtidas ao

decorrer da pesquisa para permitir atingir a representação do conteúdo, com a escolha das unidades, das regras e das categorias.

4 CORPOS EM RETALHOS: O ESPAÇO, O ESTADO E O CORPO TRAVESTI E DAS MULHERES TRANSEXUAIS.

Este capítulo é o desfecho da pesquisa, com as análises dos questionários aplicados as voluntárias, com discussão a cidade planejada hierarquizada, heterogênea e fragmentada, através dos instrumentos da função social da cidade, promotora da dignidade e justiça social.

Com as análises, espera-se identificar as heterotopias das vivências travesti e transexual no acesso à cidade, como forma de luta e reivindicação de tal espaço. A análise de dados do questionário foi realizada com o intuito de investigar o espaço urbano como promotor de direito e de justiça social à população travesti e às mulheres transexuais de Goiânia, quanto a sua democratização ao direito à cidade.

4.1- A ALTERIDADE TRAVESTI. aaaaa

Ainda para pensar a alteridade travesti no Brasil, é preciso relembrar a conjuntura política dos últimos anos, com o enorme crescimento da ultradireita e do fanatismo religioso. Entre os discursos utilizados para tal fato, há o mito da “ideologia de gênero”, a massiva disseminação de *fakenews* sobre o “kit gay”, e a “mamadeira de pi**ca”, assim como o medo criado a partir da falácia do risco do banheiro “unissex”, muito utilizado nas campanhas presidenciais de 2018 e 2022, para ludibriar a população e, com certeza, reforçar os estigmas conservadores e que em nada contribuem para as pessoas que estão fora desse modelo cisgênero, heterossexual e binário de família.

“E são exatamente essas mesmas pessoas, incentivadas por agentes intelectuais dos atos golpistas e pela escalada que os antecederam como continuidade do golpe, que têm usado a transfobia como um projeto político e atuado para posicionar publicamente pessoas trans como uma ameaça” (ANTRA, 2023. Pg. 89).

O interesse da ultradireita brasileira em criminalizar a pauta travesti e transexual em nome da segurança de mulheres cisgêneras e crianças não é convincente e nada aceitável, porque não são as pessoas transexuais e travestis os responsáveis pela violência contra mulheres e crianças, e sim o patriarcado, o que estruturalmente também tem colocado a população transexual e travesti em risco frente à população cisgênera reacionária e extremista.

TABELA 8 - QUESTÃO FECHADA DE AUTODECLARAÇÃO RACIAL.

| Qual a sua cor ou raça? | | | | | |
|--------------------------------|--------------|--------------|----------------|-----------------|--------------------|
| Branca | Preta | Parda | Amarela | Indígena | Voluntárias |
| | | X | | | V1 |
| | X | | | | V2 |
| | | X | | | V3 |
| | | X | | | V4 |

Fonte: Autor, 2024.

Como é possível observar nas respostas de autodeclaração racial das voluntárias, percebemos que a análise será na perspectiva de mulheres transexuais e/ou travestis pardas e pretas. Nesta óptica, é importante reforçar o quão necessária é a representatividade na definição da própria hegemonia reguladora, em que o sistema produz o sujeito perante a lei de uma supremacia discursivamente branca e burguesa, que regula e controla o indivíduo e se apoia na contextualização da matriz cultural, consequentemente, fadando a fracassar qualquer emancipação dos corpos.

Os avanços das cidades raramente ou quase nunca são pensados para a inclusão da população travesti e transexual com suas interseccionalidades, demonstrando o real interesse dos gestores e agentes da cidade em não construir discussões sobre o futuro das cidades, da criação e do desenvolvimento das áreas urbanas solidárias e inclusivas à população travesti e transexual.

TABELA 9 - QUESTÕES 01 ABERTA E 02 FECHADA SOBRE A SUA OCUPAÇÃO E RENDA.

| Qual a sua ocupação / fonte de renda? | |
|----------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Voluntárias | Respostas |
| V1 | Auxiliar de produção |
| V2 | Modelo |
| V3 | Professora, revisora, artista e garota de programa |
| V4 | Autônoma |
| Em média, qual a sua renda? | |

| Menos de 1 salário mínimo | 1 a 3 salários mínimos. | 4 a 6 salários mínimos | 7 a 10 salários mínimos | Mais de 10 salários mínimos | Voluntárias |
|------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------|
| | X | | | | V1 |
| X | | | | | V2 |
| | X | | | | V3 |
| | X | | | | V4 |

Fonte: Autor, 2024.

As voluntárias têm como ocupação: auxiliar de produção, modelo, professora, revisora, artista, garota de programa e autônoma. É possível observar a diversificação das ocupações, algumas com trabalho que demanda conhecimento técnico/tecnológico, outras com formação acadêmica, e a prostituição como ocupação e fonte de renda.

O trabalho/ocupação da população travesti/transsexual é de extrema importância em todo seu decorrer de vida, ao considerar a relação da família. Como é observado pela ANTRA (2024), muitas se vêm solitárias ainda na adolescência, sem amparo e qualquer tipo de dignidade operada pela família. Neste contexto, muitas evacuam do ambiente escolar ainda muito jovens, devido aos valores colocados pela cultura e pela religião hegemônicas empregadas. A experiência da cidade produtiva e do trabalho é negada a essa população, que é obrigada a vivenciar condições insalubres e violentas de trabalho, sem dignidade humana e direitos humanos mínimos.

TABELA 10 - QUESTÃO FECHADA SOBRE IDADE.

| Qual a sua idade? | | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------|
| Até 17 anos. | 18 a 29 anos. | 30 a 39 anos. | 40 a 49 anos. | 50 a 59 anos. | A partir de 60 anos. | Voluntárias |
| | X | | | | | V1 |
| | X | | | | | V2 |
| | X | | | | | V3 |
| | | X | | | | V4 |

Fonte: Autor, 2024.

Ao se tratar da aplicação do questionário, a pesquisa tomou o devido cuidado em coletar os dados apenas de voluntárias maiores de idade. Caso ocorresse de o questionário chegar a voluntárias menores de idade, não seria possível a participação e automaticamente o questionário seria encerrado justificando o fato da pesquisa compreender voluntárias a partir de 18 anos de idade.

É importante ter uma ampla análise de faixa etária da população travesti e transexual. A idade para a população travesti que vivência a prostituição como fonte de renda, nas análises desenvolvidas pela ANTRA (2023) e ANTRA (2024) é evidenciado que quanto mais jovem, maior é o risco de sofrer ataques, violência e homicídio, no campo e na cidade, e o envelhecimento se torna uma barreira para quem atua na prostituição.

TABELA 11 - QUESTÃO FECHADA SOBRE ESCOLARIDADE.

| Qual a sua escolaridade? | | | | | |
|--------------------------|--------------|----------------------------|--------------------------|---------------|-------------|
| Ensino fundamental | Ensino Médio | Cursando o ensino superior | Ensino superior completo | Pós graduação | Voluntárias |
| | X | | | | V1 |
| | X | | | | V2 |
| | | | X | | V3 |
| | X | | | | V4 |

Fonte: Autor, 2024.

Para analisar o dado acima, é importante compreender a vulnerabilidade destes corpos. Como aborda a ANTRA (2024), a intimidação nas escolas é recorrente na vida da população travesti e transexual, vítima da violência transfóbica estrutural e velada. O local que deveria ser compreendido, através da sociabilidade, da segurança e da proteção, às crianças e aos adolescentes, é moralizado e problemático para a população LGBTQIA+.

“E ainda, é preciso ter atenção àquilo que está por trás dessa realidade. Meninas expulsas de casa, entre 13 e 15 anos de idade, expulsas de suas escolas e da vida social, econômica e política desde cedo, configuram não somente um abandono e violação de direitos, mas também uma problemática drástica, sendo a exploração sexual de crianças e adolescentes”. (ANTRA, 2024. Pg: 57).

Pouco tem ocorrido nas cidades: implementações de projetos para resgatar a escolarização perdida ou, ainda, cursos de formação e profissionalização, ou cursinho

popular para preparação para o ingresso à universidade. Embora a realidade do Brasil seja pouco animadora, em Goiânia, é organizado, na Universidade Federal de Goiás – UFG, o “Cursinho Prepara Trans”, popular e gratuito, direcionado prioritariamente às travestis e transexuais; e LGBTQIA+, a fim de prepará-las para a realização do ENEM. Esta é uma ação que não recebe o apoio municipal, e sim o esforço acadêmico e docente da Faculdade de Educação e do curso de Ciências Sociais (UFG, 2016).

“Questões de gênero, de sexualidade, do poder das ordens simbólicas e da significação da psicanálise também reposicionaram o corpo como sujeito e objeto de discussão e debate” (Harvey, 2000, pag. 29). Do ponto de vista da função social da cidade, o governo de todo o Estado tem feito o papel contrário do qual determina o Estatuto da Cidade: exclui, segrega, viola e possibilita o fortalecimento da cidade totalmente desumana. Não considerar esses atos como crimes LGBTIA+FÓBICOS é instituir e fadar à repetição dessa violação, ao colocar a identidade dessa população como ilegítima e promover sua marginalização.

4.2- OLHAR AO CENTRO DA CIDADE.

As cidades não comportam apenas um modelo macropolítico¹², mas sim modelos micropolíticos¹³. Os espaços se constituem de diferentes classes sociais, gêneros, gerações e espacialidades. Com os processos de subjetivação, podem mudar de criação ou experiência, no qual a heterotopia constitui um conceito útil (Mejía, 2012).

TABELA 12 - QUESTÃO ABERTA SOBRE O BAIRRO QUE MORA, TRABALHA; E QUAL LOCAL É SEGURO E ACOLHE.

| Em que bairro mora e trabalha? Qual espaço da cidade é seguro e te acolhe? | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Voluntárias | Respostas |
| V1 | Moro no setor leste universitário, os parques da cidade e onde me sinto tranquila. |
| V2 | Moro no Urias Magalhães e não tenho local de trabalho fixo. |

¹² Movimento em que as pessoas ou grupos visam o lucro em cima de suas atividades, como as empresas (MEJÍA, 2012).

¹³ Movimento em que pessoas ou grupo não visam o lucro ou benefício (MEJÍA, 2012).

| | |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| V3 | Residencial Guarema e trabalho em diversos lugares: Itatiaia, Urias Magalhães, Centro, Nova Esperança. Os espaços que mais se aproximam disso para além da romantização deles são os construídos por pessoas trans e travestis negras e originárias. Ballroom. |
| V4 | Vila redenção, rua do lazer |

Fonte: Autor, 2024.

Quando analisamos os dados acima, constatamos que as voluntárias V2, V3 e V4 residem, respectivamente, no Setor Urias Magalhães, Residencial Guarema e Vila Redenção, em contraponto à voluntária V1, residente no setor leste universitário, onde há o maior número de estudantes da cidade, fato ocasionado pela concentração da Universidade Federal de Goiás – UFG - Campus Colemar Natal e Silva e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GO - Campus I. Esta localidade é considerada o centro acadêmico de pensamento do Estado, e conta com uma diversidade de residentes proveniente de diversas regiões do país, atraídos para estudar e, ainda, acessar o Hospital das Clínicas da UFG.

Figura 7 - RUA DO LAZER EM GOIÂNIA.



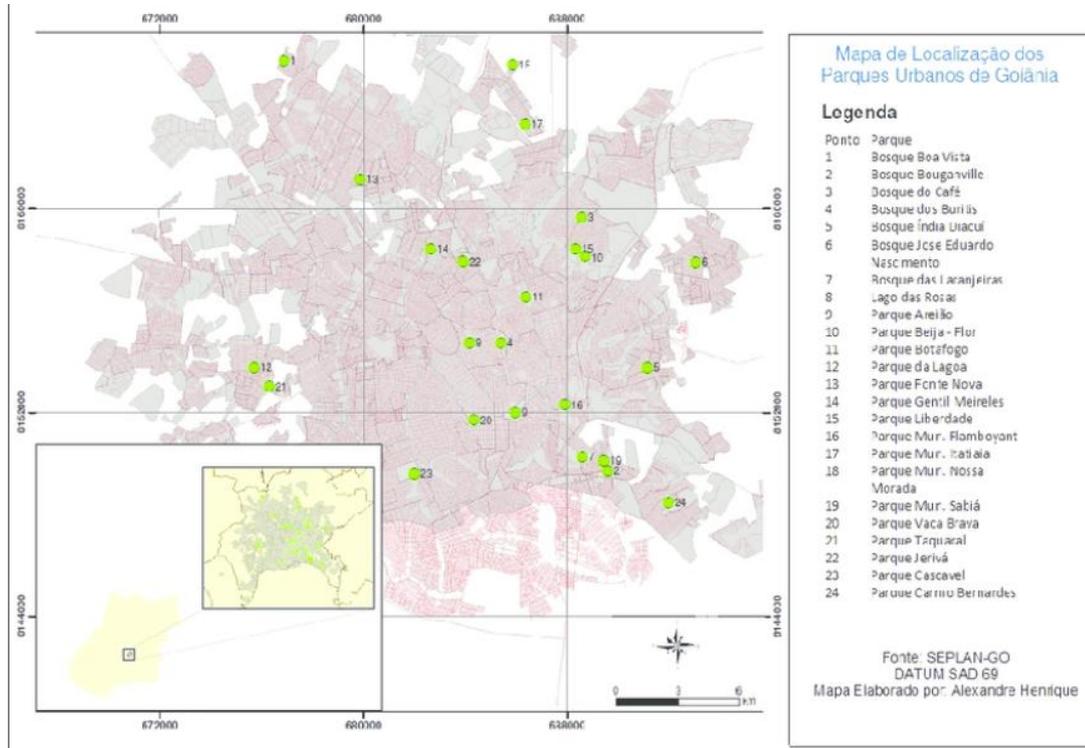
Fonte: Redação Curta Mais, 2019.

A utilização de parques e da Rua do Lazer, no centro da cidade, pode ser vista sobre a óptica da heterotopia. O corpo é o principal agente das utopias, quando se trata de máscara, maquiagem ou tatuagem. Embelezar-se é a forma encontrada para entrar em contato com as forças invisíveis e poderes secretos. Desse modo, o corpo retira-se do seu espaço próprio e é posto no espaço do outro, nas utopias seladas ao corpo. Não se vive em espaços neutros e brancos. Todo espaço tem marcas e diferenças que se distinguem umas das outras. Ainda existem lugares que se opõem a outros, em criação para apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los, com a denominação de contra-espacos ou heterotopias. O uso destes locais se dá através do valor instituído pela matriz cultural, suscetível a mudanças em sua relação de uso, ao mesclar o valor que a sociedade dispõe (Foucault, 2013).

Segundo o princípio da ciência heterotopológica: no curso de sua história, toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituía outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda (Foucault, 2013, pag. 22).

Pode-se considerar o cemitério como uma heterotopia, com seu papel ao longo da história. Até o século XVIII, o cemitério situava-se no centro da cidade, geralmente ao lado da igreja e não possuía a carga simbólica atual. Sua função era apenas receber, em valas, os corpos dos falecidos, sem respeito ao resto individual. Com o crescimento da população atea, no início do século XIX, ocorre uma individualização dos restos mortais, e os cemitérios começam a se situar nos limites das cidades, ao serem tratados como espaços de infecção e de lembrança da morte. Em regra geral, a heterotopia caracteriza-se pela justaposição do espaço em relação a outros espaços, que passam a ser considerados incompatíveis. Não se entra em uma heterotopia espontaneamente. Entra-se obrigado, ou quando o indivíduo se submete a ritos ou purificações. A princípio, as heterotopias parecem abertas, mas só entram as pessoas já iniciadas (Foucault, 2013).

FIGURA 8 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA.



Fonte: Alexandre Henrique, 2012

Na paisagem urbana de Goiânia, é notável a presença dos parques urbanos, com generosas áreas verdes representadas pelos bosques e parques da cidade. Embora Goiânia seja considerada a cidade com maior arborização por habitante no Brasil, com cerca de 94m² por habitantes, a relação de uso e especulação nas regiões dos principais parques e bosques é evidente. Mesmo a população trabalhadora não detentora de capital os utiliza e os considera como alternativas para o lazer de baixo consumo.

FIGURA 9 – BOSQUE DOS BURITIS EM GOIÂNIA.



Fonte: Nicole Santos, 2021.

A utilização dos parques e bosques de Goiânia pela população LGTQIA+, principalmente pelas travestis e transexuais, é, por si só, um ato de reivindicação do espaço, podendo ser reconhecido como uma heterotopia. Os parques nas cidades se tornam viáveis, principalmente no período noturno, por oferecer privacidade em meio à solidão dos bosques e à escuridão da noite, ao promover uma certa segurança na fuga da heteronormatividade, que impõe como a única imposição social de acordo com os papéis de gênero realmente válida.

TABELA 13 - QUESTÃO ABERTA SOBRE ACOLHIMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

| Se sente à vontade e bem-vinda nos espaços públicos? Por quê? | |
|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Voluntárias | Respostas |
| V1 | Isso é relativo, às vezes me sinto à vontade em alguns locais da cidade, já em outros os olhares das pessoas intimidam. |
| V2 | Não. |
| V3 | Não, pois eles são mais pensados para a transfóbica do que para o bem viver de pessoas trans e travestis negras e originárias. |

| | |
|----|----------------------------------------------------|
| V4 | Não, porque são espaços onde tem muita transfobia. |
|----|----------------------------------------------------|

Fonte: Autor, 2024.

Com as respostas das voluntárias na tabela acima, pode-se confirmar a intimidação presente na dinâmica cotidiana de Goiânia. Locais que são frequentados majoritariamente pela população heterossexual não são convidativos à população travesti e transexual, talvez pela tragédia cotidiana permeada pela transfobia e, muitas vezes, reforçada por esta representação social de pessoas heterossexuais e cisgênero.

Nessa mesma perspectiva, a sociedade contemporânea lida com o espaço de forma rígida, como se suas formas e significados fossem consensuais. A noção do espaço público ainda se encontra em sacralização, com a resistência das ciências sociais em admitir que seus princípios, objetos e arranjos são mutáveis. A quebra dessa resistência é possível quando a relação entre o Estado e a sociedade não se baseia no controle da ordem social. Por sua vez, a heterotopia é o inverso da utopia, como um espaço concreto e valoriza a presença de múltiplas representações conflitantes em uma mesma área (Valverde, 2009).

“[...] As heterotopias se constituiriam em espaços nos quais as memórias política e institucional não se apresentariam, em espaços nos quais as classificações funcionais não se aplicariam, em espaços nos quais as regras de convivência não são baseadas na civilidade” (Valverde, 2009, pag. 13).

Um espaço público pode ser avaliado através da ideia de heterotopia, uma vez que certas cidades não apresentam as características da coordenação do Estado e da sociedade em detrimento do ordenamento político social, na busca pela maior visibilidade de seus interesses. Isso significa que a ausência de finalidade política no espaço público determina sua atitude, sua forma e seu significado. A interação no espaço público depende, exclusivamente, do arranjo informal em constituição por indivíduos divergentes e seu padrão relacional. Desse modo, também são definidos os avanços e as recessões dos direitos e dos deveres relativos (Valverde, 2009).

O poder que institui as práticas sociais, singulares ou plurais, atua de diferentes formas, com a organização e a definição do território nos diversos usos possíveis do espaço. As heterotopias são as ressignificações e reapropriações que garantem a sobrevivência e a reprodução dos que vivenciam tal espaço, ainda que com todas as suas contradições e conflitos espaciais de interesse. Em sua multiplicidade, vão na contramão do sistema devido a saberes particulares, locais e regionais, politicamente divergentes e que, de certa

forma, conseguem driblar a instituição do poder da normatização. As heterotopias podem, ainda, tornar-se divergentes ao padrão estabelecido e, assim, estabelecem os “espaços outros”, como a dissonância do cemitério ao longo do tempo, ou ainda, como os múltiplos significados em um mesmo espaço, como é o caso dos jardins, parques e espaços de acesso público (Ramos, 2010).

A noção de tal espaço público geralmente tem a normatização em regimento por leis, com equipamentos “entregues”, com o papel definido pela ação estatal. Objetivamente, o que está em jogo em um espaço heterotópico é o saciamento de interesses, desejos e/ou necessidades de algum grupo ou indivíduo, juntamente com a reorganização constante do espaço, sem se atentar aos grupos em prejuízo com os novos arranjos instituídos. Através das normas instituídas, o padrão social tem seu estabelecimento no espaço público, e a civilidade é o exemplo a se seguir para a interação. Com a moral, as normas conduzem para a interação entre indivíduos, de modo a controlar e influenciar suas organizações espaciais, para, assim, supostamente, estabilizar e limitar os seus conflitos. (Valverde, 2009).

Por sua vez, são sensivelmente diferentes os termos que definem a busca realizada pelos atores em um espaço heterotópico. Tratam-se de estratégias variadas para neutralizar e flexibilizar a ordem pública a fim de obter ganhos individuais ou grupais. O que se procura com a busca é estabelecer barreiras e zonas de controle que possibilitem a exploração informal da visibilidade pública. Tenta-se estabelecer uma dinâmica não-regulada pelo poder público, ganhando assim maior flexibilidade para mudar sem precisar prestar contas continuamente. Portanto, a formalização institucional não é o objetivo da vivência de uma heterotopia, pois transferiria o poder de produzir o espaço novamente para o Estado (Valverde, 2009, pag. 21 e 22).

No entanto, valoriza-se, no espaço público, a ordem em idealização à justiça social e à liberdade, tendo como princípio permitir maior acesso e autorregulamentação. Pode-se considerar que o Estado limita a liberdade de usos dos espaços para, supostamente, garantir a relação saudável e em equilíbrio entre os indivíduos, tudo com a incorporação do código jurídico (Valverde, 2009).

Ao considerar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), desde 1997, em São Paulo e no Rio de Janeiro, percebe-se a prática heterotópica no espaço ao subverter e transgredir a ordem institucional pré-estabelecida. A nova ordem no emprego das ocupações desse movimento inverte a lógica capital, com o uso em detrimento

da acumulação social, e a justiça social e o direito, em detrimento do Direito. É um exemplo claro de heterotopia, no movimento sem-teto, o fato de as edificações vazias virarem moradia, e os terrenos baldios tornarem-se hortas e pomares, com o emprego da “vivacidade” nos locais inutilizáveis, antes apenas usados em prol da especulação imobiliária, e agora cumprindo a função social da propriedade urbana (Ramos, 2010).

Essas heterotopias urbanas, esses outros espaços surgem das próprias posições e contraposições da população, ou de apenas um grupo da população, na medida em que se questiona o papel da cidade, quanto à função social, diante da enorme disparidade social e econômica existente no Brasil (RAMOS, 2010).

TABELA 14 - QUESTÃO ABERTA SOBRE VIVENCIAR O ESPAÇO URBANO.

| O que já te negaram de vivenciar no espaço urbano? | |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Voluntárias | Respostas |
| V1 | Demonstração de carinho com algum parceiro. |
| V2 | Estar feliz e tranquila sem medo. |
| V3 | Banheiro, acesso e permanência. |
| V4 | Nada. |

Fonte: Autor, 2024.

A falta de liberdade de mulheres transexuais e travestis é recorrente nos espaços públicos. Lhes são negadas qualquer demonstração de carinho com parceiros. Há um consenso sobre quem pode ser homem e quem pode ser mulher, assegurado pela cisgeneridade e excluindo qualquer corpo fora dessa perspectiva, que não se limita apenas a estética, mas também a classe, gênero, raça, localização geográfica, acessos e privilégios.

O papel que o banheiro desempenha é muito mais que apenas para necessidades fisiológicas. Ele tem a função fundamental na reprodução do corpo pela perspectiva do gênero/sexo binário patriarcal, em constante acentuação no âmbito escolar. Aparecem como espaços de privilégio que demarcam a fronteira entre o masculino e o feminino e o papel de gênero atribuído pela sociedade. O banheiro é parte fundamental da reprodução dos corpos generificados. Outra problemática dá-se pela ineficácia de equipamentos necessários nos banheiros; falta de divisórias e equipamentos contribuem para os constrangimentos, ao evidenciar as limitações em incorporar a ordem sexista, e causam mal-estar até a exclusão destas pessoas dos espaços públicos (Silva, 2008).

Contemporaneamente, a regulação do banheiro público se sustenta na narrativa do sexo binário e fortalece a problemática do uso das travestis e transexuais, pela ocultação, silenciamento e inviabilização à urbanidade das pessoas que estão à margem das normas hegemônicas patriarcais de gênero.

4.3- VIVÊNCIA TRAVESTI/TRANSEXUAL EM GOIÂNIA.

O uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos é regulado pelo Estatuto da Cidade, lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. A política urbana tem o objetivo de pleno desenvolvimento da função social da cidade, quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. A gestão da cidade também deve ser democrática, com os órgãos colegiados de política urbana, consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse urbano, e também com possibilidade de iniciativa popular de projetos de lei e planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. (Brasil, 2001).

Muito importante para a construção de cidades mais justas e ambientalmente equilibradas, o Estatuto da Cidade enfrenta conflitos para sua aplicação, ou soluções para problemas, que são históricos e estruturais. Tratar a propriedade privada como um direito absoluto e não como função social é ignorar e abster o estatuto da legislação brasileira, ao fazer o papel contrário e, assim, fortalecer a segregação, a exclusão territorial, a cidade desumana, desigual e ambientalmente predatória. Trata-se, portanto, de uma utopia universal que controla a propriedade urbana e fundamenta a gestão democrática da cidade, prevê o direito à cidade e à moradia. Há uma lógica de aplicabilidade, o mercado sempre acima da lei, estipula onde cada grupo deve residir ou ocupar (Maricato, 2010).

TABELA 15 - QUESTÃO ABERTA SOBRE INSEGURANÇA EM GOIÂNIA.

| Quais lugares ou situações são inseguras na cidade de Goiânia? | |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| Voluntárias | Respostas |
| V1 | Nos bairros mais afastados e menos movimentados. |

| | |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| V2 | Muito complexo. |
| V3 | Goiânia é insegura e a transfóbica e se estende para além de situações e lugares. |
| V4 | Andar sozinha na rua a noite. |

Fonte: Autor, 2024.

Na tabela acima, é possível observar a insegurança das voluntárias em meio à cidade de Goiânia, ao andar sozinha na rua à noite, nos bairros mais afastados e menos movimentados e, ainda, considerando Goiânia insegura e transfóbica. Diante dos assassinatos de transexuais e travestis de Goiânia, o estado de Goiás de mantém em evidência nos casos de assassinatos por transfobia, como é demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 16 - ESTADOS QUE MAIS ASSASSINARAM TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (2017-2023).



Fonte: ANTRA, 2024.

Embora, no ano de 2023, o Estado de Goiás se apresente com uma queda referente aos outros anos, ainda sim tem demonstrado ser um dos estados em que mais assassinatos de transexuais e travestis ocorrem, estando em 14º lugar entre os estados, no ano de 2023, e em 10º lugar entre os estados que mais assassinaram travestis e transexuais, no período entre 2017 e 2023. Com isso, é possível observar a insegurança da população travesti e

transexual de Goiás. Em Goiânia, a capital e maior cidade do estado, não tem acontecido diferente, como é relatado pelas voluntárias residentes da cidade.

Art. 2º A política urbana do Município de Goiânia sustentar-se-á nos princípios da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, objetivando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, garantindo o bem-estar de sua população, a requalificação, proteção e manutenção do território do Município em sua totalidade e uma cidade mais justa e sustentável. (Goiânia, 2022).

A política urbana existente na cidade, dirigida inicialmente pelo Plano Diretor, é pouco eficiente no quesito da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade na vida da população travesti e transexual de Goiânia, não garantindo, eficientemente, o bem-estar e a proteção do território para o pleno desenvolvimento da função social da cidade em meio à justiça social, mesmo com o município assegurando a inclusão social e étnica, e a supostamente promover a eliminação das desigualdades e o combate à discriminação em seu Plano Diretor.

“**Art. 53.** A promoção da inclusão social objetiva a garantia da inserção na sociedade de todo cidadão, buscando o acesso aos investimentos e benefícios sociais, por meio das seguintes diretrizes:

I - Priorização da inclusão social dos grupos de maior vulnerabilidade, na promoção das políticas, planos, programas e projetos da gestão;

II - Aperfeiçoamento dos mecanismos de captação de recursos públicos e privados e garantia da destinação e fiscalização de recursos específicos para implantação dos programas e projetos da gestão;

III - Integração dos programas intersetoriais para que seja incorporado o segmento de maior vulnerabilidade na política pública de alcance social, garantindo o respeito e atendimento;

IV - Desenvolvimento de programas que visem combater o preconceito e todas as formas de discriminação e violência, promovendo o respeito às diferenças e às desigualdades”. (Goiânia, 2022).

No entanto, o Plano Diretor do município de Goiânia prevê a promoção da inclusão social com acesso aos investimentos e benefícios sociais, mas não é pensada e elaborada uma política pública, em seus planos, que seja direcionada à população travesti e transexual em vulnerabilidade, para promover cidadania e justiça social.

TABELA 17 - QUESTÃO ABERTA SOBRE NEGAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO.

| O que não fez ou não faz no espaço público por medo? | |
|------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Voluntárias | Respostas |
| V1 | Andar de mãos dadas com meu parceiro. |

| | |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| V2 | Ser livre. |
| V3 | Hoje faço quase tudo, independente da lógica de exclusão da cidade para o meu corpo. Me reúno com minha comunidade e o medo é menor que a coragem na luta pelo direito à cidade. |
| V4 | Me sinto sempre coagida por ser eu. |

Fonte: Autor, 2024.

Para analisar os dados da tabela acima, é preciso ter sensibilidade para compreender a dinâmica da cisgeneridade branca e classista no contexto da cidade da segregação e não-liberdade aos corpos fora da óptica patriarcal hegemônica.

Os aspectos imaginários masculinos estão em todo lugar, da construção dos arranha-céus até as pequenas construções dos órgãos públicos. O ambiente privado que se habita em solidão não se caracteriza como prisão, mas como o único lugar possível de libertação que pode dar asas aos seus afetos e desejos. Em contrapartida, constrói-se o desejo de permanecer e a necessidade de fugir da residência. No entorno urbano, o corpo LGBTQIA+, as mulheres e outras minorias eram e ainda são ausentes. Em silenciamento e negação, o espaço doméstico/privado é o único lugar possível para esses corpos expressarem sua liberdade, e isso ainda pode ter duplo caráter: um ambiente saudável e uma prisão, tudo ao mesmo tempo (Cortés, 2008).

As concepções arquitetônicas e urbanísticas tradicionais confiam no sistema imunológico tecnicista e evitam abordar o problema da diferença social, sexual ou de gênero, para que essas problemáticas não interfiram em suas técnicas. Assim, a decisão puramente pragmática e econômica revela o caráter acerca das exigências capitais, e promove a inteligibilidade das práticas sociais da considerada minoria. “O espaço se limita, se hierarquiza, se valoriza, se modifica, e as formas utilizadas afetam a maneira pela qual se experimenta o meio urbano e o modo como o sujeito vê os outros” (Cortés, 2008. pg. 123). A cultura tradicional arquitetônica e urbanística manteve e mantém reprimida a sexualidade do espaço, ao qual o corpo é construído e conserva a esterilidade como técnica econômica/social do projeto.

TABELA 18 - QUESTÃO ABERTA SOBRE SEGURANÇA NA CIDADE.

| O que faz para se sentir segura na cidade? | |
|--------------------------------------------|------------------|
| Voluntárias | Respostas |

| | |
|-----------|---------------------------------------------------|
| V1 | <i>Não houve resposta.</i> |
| V2 | Me escondo na maioria das vezes. |
| V3 | Minha comunidade e corpos como o meu nos espaços. |
| V4 | Tenho cuidado aonde eu vou. |

Fonte: Autor, 2024.

Para pensar nas lutas cotidianas das voluntárias na cidade, é preciso pensar: Será necessário o corpo ter passabilidade para ser reconhecido pelo Estado como mulher transexual ou travesti? Sabemos que hoje a dignidade é assegurada pelo Estado brasileiro, mas é evidente que a realidade se encontra a alguns pés atrás; com a insegurança de vivenciar o espaço público, sob o risco de ser violentada e até morta. Com constante avaliação estética a esses corpos dissidentes, poucas são as possibilidades de vida cotidiana e passabilidade no meio social.

A segurança na cidade para as voluntárias é algo inexistente no contexto da cidade de Goiânia, com o contexto de estigmas, violências e violações dos direitos humanos presentes e ativos constantemente. Elas são submetidas aos impactos negativos da sociabilidade que abomina a transexualidade e a travestilidade.

O espaço público continua sendo o mais perigoso e com o maior número de casos de assassinatos contra pessoas trans, principalmente em ruas e avenidas. Havendo ainda diversos corpos que foram encontrados em terrenos baldios e obras abandonadas, dentro de rios e lagos, praças e na zona rural de cidades do interior. Já nos espaços privados, a residência da vítima aparece como o local onde mais houve casos, além de motéis, unidades de saúde, e ainda as residências de terceiros”. (ANTRA, 2024. Pg. 68).

Segundo a ANTRA (2024), a presença do narcotráfico e milícias compostas por policiais amplifica o desafio ao combate à violência anti-trans-travesti, pois são os principais perpetradores da violência transfóbica. A violência anti-trans-travesti se inicia com a guerra aos banheiros públicos, as lacunas da lei com a patrulha de gênero, e o pânico anti-trans-travesti como suposta ameaça às mulheres cisgêneras.

TABELA 19 - VOCÊ SENTE OU JÁ SE SENTIU SEGURA NO ESPAÇO PÚBLICO? SE SIM, QUAL?

| O que faz para se sentir segura na cidade? | |
|---------------------------------------------------|------------------|
| Voluntárias | Respostas |

| | |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| V1 | Geralmente nos shopping me sinto mais à vontade. |
| V2 | Pouquíssimos. |
| V3 | Quando estou em comunidade sim, mas por sempre estar preparada para os enfrentamentos. |
| V4 | Sim, lugares para o público LGBTQIA+. |

Fonte: Autor, 2024.

A garantia de segurança às mulheres cisgênero heteronormativas está atrelada às políticas de transporte e de iluminação, já que a violência tem sido potencializada no período noturno (BUCKINGHAM, 2010). Embora políticas de transporte e de iluminação contribuam para segurança da comunidade LGBTQIA+, não são suficientes ao ódio e à alienação da sociedade a respeito da diversidade de gênero.

O fato da cidade não oferecer segurança às voluntárias é resultado da prática fundamentalista de pensar a cidade, sem o cuidado de inserir os grupos minoritários na concepção e na política urbana. Ainda que a identidade e o urbanismo sejam próximos, na prática urbanística, são tratados como divergentes, sobretudo no caso brasileiro. Para que o desenho urbano seja concebido de modo emancipatório, é preciso que a concepção do projeto urbano fuja da ideia fundamentalista do bom comportamento no espaço da repetição dos lugares heteronormatizados. Ainda, segundo Farias (2012), não é o projeto que precisamente define seus usos como a idealização (mas o projeto é fortemente regulador), e sim o modo como ocorre a apropriação.

Ao desprezar toda a identidade desviante à heteronormatividade, forma-se a ideia do corpo abjeto, dos corpos inviáveis, que não pertencem aos passeios públicos à luz do dia e não devem estar acessíveis aos olhos do cidadão comum, e sim pertencentes à noite, à margem e à invisibilidade na sociedade da imagem (Rodrigues, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do espaço urbano como resultado da ação capitalista e patriarcal contribui para o debate das disputas que enredam a cidade, dos capitalistas em prol da burguesia, com suas táticas autoritárias e sem qualquer condição de negociação, estabelecendo suas diversas tramas e traços. Parti da premissa que há corpos e sexualidades constantemente arbitrados pelo controle social e, não diferente, pela construção do espaço, com sua grande importância implicada nas corporeidades e subjetividades do corpo. Então, o corpo está interligado ao espaço, inserido, socialmente construído e, sobre a ótica normativa, muitas vezes reprimido.

Muito evoluímos como sociedade, mas ainda estamos muito longe de uma sociedade ideal. Muito se ganhou com a construção da constituição de 1988 e com a queda do regime militar no Brasil, mas alguns recortes populacionais em quase nada se favorecem com as evoluções, continuando com as mesmas opressões e sem a dignidade humana assegurada.

Durante o tempo de mestrado, procurei entender como o direito à cidade é negado à população travesti e transexual, a partir da inexistência de planos específicos a essa população que tanto carece em participar das dinâmicas do espaço com segurança, justiça social e dignidade humana; e qual o papel do Estado na construção/manutenção das vivências e da realidade travesti e transexual no contexto das cidades brasileiras, com os diferentes papéis assumidos pelo poder público.

Quando falamos em direitos da população travesti e transexual, o direito primordial, o direito à vida, ainda não é prioridade nas agendas do Estado, o que coloca a expectativa de vida de travestis e transexuais entre 30 e 35 anos, no Brasil. Uma tremenda barbárie à luz do dia, com a ausência eficiente do Estado e da sociedade. Não podemos falar de direitos, sem retratar a importância do movimento social na luta pela vida, como o grupo fundado em 1995, por Indianare Siqueira: a Filadélfia de Travestis e Liberados de Santos, conseguindo aprovar, pela primeira vez, o uso do nome social obrigatório em prontuário médico de travestis e transexuais na cidade de São Paulo/SP e, conseqüentemente, lutando pelo apoio a pessoas com HIV sem teto.

Tentei, ao decorrer do trabalho, estabelecer vínculos entre a materialidade do espaço construído, os corpos humanos, e vários autores que inter-relacionam corpos e

espaço construído, em sua dinâmica cotidiana, em que cidades contém fronteiras materiais e imateriais, agentes da dinâmica do espaço urbano e muitas das experiências humanas. Suas imaterialidades são inigualáveis.

O espaço, o corpo e a cidade têm, inteiramente, muitas formas de extensão, como aborda Foucault. Em toda a sua produção, o espaço é um elemento indispensável de poder, assim como as sexualidades são produtos desse poder. Tal poder, que instrumentaliza discursos e práticas, fortalece as ópticas capitalistas e patriarcais. Dessa forma, ao entender o importante papel do espaço, com seus mecanismos de regulação e de dominação, não se pode desprezar a forte relação do capitalismo, da classe, da raça, da religião, do sexo e do gênero, e suas diversas consequências na vida cotidiana das pessoas não-privilegiadas.

“As obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia. Proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais” (Maricato, 2000, pag. 157).

Devemos considerar o importante papel dos gestores e dos planejadores urbanos, em não incluir o debate do sofrimento, da exclusão e da interdição da população travesti e transexual em acessar o direito à cidade. Se atentar às relações de poder e de dominação que estruturam a concepção de papéis sociais no espaço urbano é de extrema importância para o enfrentamento às problemáticas que permeiam a vivência da população travesti e transexual nas cidades.

Ou ainda, a forte relação que a cidade tem na formação subjetiva da população, com a concentração da produção à vontade de poucas pessoas, em relação aos desejos, privilégios e ainda abjeções a uma parcela das pessoas, com lugar de privilégios entre espaço, identidade, sexualidade e poder. Dessa maneira, a cidade concentra diversos corpos em distintos territórios hierarquizados, com o fantasiado discurso dos valores estéticos, morais e éticos.

A garantia de domínio sobre o espaço está na apropriação material e ritual do território, com as marcas do desejo humano de modelar a natureza, com a paisagem construída na pretensão a criadores de uma outra natureza, artificial, sobre a natureza primordial e unitária. É na cidade que há a ideia de consumo, que se registra a acumulação de riquezas, e onde são regulamentadas e organizadas a ordem, definindo movimentos

permitidos, bloqueando passagens proibidas, como maneira de “organizar” o território e a dita vida política. O poder pode atuar desprovido de dimensões espaciais (Rolnik, 1988).

Por essas questões, a pesquisa parte da necessidade de compreender o espaço urbano a partir dos debates de gênero e de sexualidade, como a materialização das relações sociais, assumindo esse recorte como determinante para travestis e transexuais acessarem o espaço urbano, e as consequências que tal acesso gera em suas vidas. Contudo, é importante compreender a ação de arquitetos e de urbanistas, como reais transformadores dos comportamentos e das relações sociais, ainda que muitas vezes sucessória.

O questionário é importante para a aproximação da pesquisa à realidade das voluntárias, para compreender os deslocamentos e as disputas que se engendram na cidade, a resistência e as táticas que estas produzem para situações de expulsão e repressão à sua existência, ou, ainda, como são proibidas de vivenciar a cidade de Goiânia. A partir dos questionários, é possível ter a compreensão da relação existente entre as suas práticas espaciais, a apropriação de determinadas porções do espaço, o transformando em possíveis contextos heterotópicos, ao transgredir a reprodução da heteronormatividade compulsória em meio às dinâmicas da cidade.

Assim, as espacialidades vividas pelas travestis e transexuais têm importância fundamental à existência, ao criar os laços de afetividade do grupo a esses espaços viáveis em meio ao sofrimento, à exclusão e à interdição oferecida pelo poder social da cisgeneridade normativa. A espacialidade dos parques e do centro da cidade, como constituidora da vivência do grupo, demonstra as relações estabelecidas ao ocupar espaços não-ocupados e não-estabelecidos nos moldes da cisgeneridade normativa. É nessa espacialidade que os corpos travestis e transexuais vivenciam a cidade, pela mescla de elementos de aceitação e de rejeição.

Ao término da pesquisa, é possível compreender que existem diversas abordagens que poderiam ter sido adotadas na construção deste trabalho. Talvez, com a compreensão mais aprofundada que possuo hoje, em comparação ao início do mestrado, teria optado por diferentes caminhos e metodologias. No entanto, acredito que toda a pesquisa pode proporcionar insights significativos, levantar questões relevantes e, principalmente, abrir caminho para uma possível nova etapa acadêmica. Concluir este trabalho é importante para contribuir com o debate sobre as disputas que permeiam a cidade, evidenciando os embates entre os interesses capitalistas em favor da burguesia, com suas estratégias autoritárias e a

falta de disposição para negociar com o espaço urbano, onde direito é efetivação para todos/as, e não privilégio. Essas dinâmicas se estabelecem em uma complexa teia de relações e de características, abrindo, ao mesmo tempo, novas perspectivas para a luta por transformações urbanas mais justas e igualitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGREST, Diana. “À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo (1988)” in: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para arquitetura**. São Paulo/SP: 2013 pg. 584/598.

ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2022**. Brasil: ANTRA, 2023.

ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2023**. Brasil: ANTRA, 2024.

ARANTES, Otília. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3º edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Cap. 1, pag. 11 a 74.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília/DF. 17 de julho de 2001. Seção 1.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 1º edição. Rio de Janeiro/RJ: Garamond Universitária, 2006.

BILGE, Sirma. COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1º edição. São Paulo/SP: Boitempo, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11º edição. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Título VII. Da ordem econômica e financeira. Capítulo II. Da política urbana. Artigo 182**. 1º edição. Brasília/DF, Coordenação de Edificações Técnicas, 2016.

BUCKINGHAM, Shelley. **O direito à cidade e a vida cotidiana baseada no gênero**. In: SUGRANYES, Ana. MATHIVET, Charlotte. **Cidades para tod@s: propostas e experiências pelo direito à cidade**. 1º edição. Santiago/Chile: Habitat International Coalition (HIC), 2010. cap. 1, p. 57 à 62.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias de sujeição**. 1º edição. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminino e subversão de identidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1990.

CEVEDIO, Mónica. **Arquitectura y género: espacio público / espacio privado**. 1º edição. Barcelona/Espanha: Icaria Editorial, 2003.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 6º edição. São Paulo/SP: Perspectiva, 2010.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. 1º edição. São Paulo /SP: Editora Senac São Paulo, 2008.

CURSINHO PREPARA TRANS. **Universidade Federal de Goiás – UFG**. Goiânia – Goiás, 2016. Disponível em: <https://ogdh.fcs.ufg.br/p/16744-cursinho-prepara-trans>. Acessado em 20 de janeiro de 2024.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5º edição. Rio de Janeiro/RJ: 1997.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume**. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. 2º edição. São Paulo: Editora 34, 2012.

FARIAS, José A. **Prática Urbanística e Diversidade Sexual: pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade**. In: Revista Advir. Rio de Janeiro/RJ: Asduerj. Cap. 7, pg. 100 a 114.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade do saber**. 1ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 5ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1978.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. 1º edição. São Paulo/RJ: n-1 Edições, 1987.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós socialista”**. Trad. SIMÕES, Julio A. In: Cadernos de campo, São Paulo/SP, n. 14/15, p. 231 à 239, 2001.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu e outros trabalhos**. 1ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Imago, 1955.

FUNARI, P. P. ZARANKIN, A. **Cultura material escolar: o papel da arquitetura**. Vol. 16, n. 1. Campinas/SP: Pro-Posições, 2005.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós socialista”**. Trad. SIMÕES, Julio A. In: Cadernos de campo, São Paulo/SP, n. 14/15, p. 231 à 239, 2001.

GARNICA, A. V. M. Some notes on qualitative research and phenomenology. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal de Goiânia. **Plano Diretor de Goiânia**. Lei complementar nº 349, 2022.

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 1. ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11º edição. Rio de Janeiro/RJ: DP&A Editora, 2006.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 1º edição. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2013.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 7º edição. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2º edição – São Paulo/SP: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra**. In: ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais; IBTE, Instituto Brasileiro Trans de Educação; JUNIOR, Sara Wagner P. Gonçalves; SILVA, Gabriela. **Revista Docência e Cibercultura**. Vol. 3 – nº 1 – janeiro/Abril 2019.

JÚNIOR, Nelson S. UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. In: SUGRANYES, Ana. MATHIVET, Charlotte. **Cidades para tod@s: propostas e experiências pelo direito à cidade**. 1º edição. Santiago/Chile: Habitat International Coalition (HIC), 2010. cap. 2, p. 261 à 272.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. 1ª edição. Rio de Janeiro/RJ: RelumeDamará, 2001.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2º edição. Petrópolis: RJ: Vozes, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª edição. São Paulo/SP: Centauro, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. IN: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4º edição, 1º reimpressão. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2019.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3º edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Cap. 4, pg. 121 a 192.

MARICATO, Ermínia. “**O Estatuto da cidade periférica**”. In CARVALHO, C. S. ROSSBACH, A. C. **O Estatuto da cidade: comentado**. São Paulo/SP: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MEJÍA, Rafael Estrada. **Micropolíticas, cartografia e heterotopia urbanas: derivas teórico-metodológicas sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas**. Maringá/Paraná: Revista Espaço Acadêmico, n° 123, Ano XI, maio de 2012.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. **Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX**. In: MAGALHÃES, Joanalira; RIBEIRO, Paula; SEFFNER, Fernando e VILAÇA, Teresa. **Corpo, gênero e sexualidade: resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação**. 1° edição, pg. 69 à 104. Rio Grande do Sul – Ed. da FURG, 2018.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**. 1° edição. São Paulo/SP: n-1 edições, 2014.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro**. In: *Polis* Revista Latino-Americana, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/916>> Acessado em: 16 de maio de 2019.

RODRIGUES, Gabriel O. **Corpos como objetos abjetos** In: JESUS, D. M. MELO, G. C. V. TCHALIAN, V. J. JÚNIOR, S. W. P. G. (Orgs). **Corpos transgressores: políticas de resistências**. 1ª edição. Campinas/SP: Pontes, 2018. Cap. 2, pg. 23 a 34.

SALEMI, Edson R. **Parâmetros sobre a Função Social da Cidade**. In: Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2005, Fortaleza/CE. CONPEDI – 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. 1° edição. São Paulo/SP: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Carlos N. Ferreira. **A cidade como um jogo de cartas**. 1ª edição. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SILVA, Joseli M. **A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade**. Rio de Janeiro/RJ: Geo UERJ, N° 18, Vol. 1, 2008.

SILVA, Joseli Maria. SILVA, Maria das Graças S. N. **Introduzindo as Interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluralidades do saber geográfico**. In: SILVA, Joseli M. SILVA, Maria das Graças S. N. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. 1° edição. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2011. Cap. 01, pg. 17 a 35.

SOUZA, Marcelo L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2º edição. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2003.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento**. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3º edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Cap. 2, pg. 75 a 104.

VALVERDE, Rodrigo R. H. Felipe. **Sobre espaço público e heterotopia**. Florianópolis/SC: Geosul, v. 24, n° 48, pg. 7 à 26, Jul./Dez. 2009.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes, **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4º edição, 1º reimpressão, pg. 43 à 104. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2019.

ANEXOS

ANEXO I – Parecer consubstanciado e aprovado no Comitê de ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CIDADE HEGEMÔNICA E FRAGMENTADA: AS INSURGÊNCIAS
TRAVESTI/TRANSEXUAL NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE.

Pesquisador: Cassio M. Giacomini

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67124923.0.0000.5013

Instituição Proponente: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.587.872

Apresentação do Projeto:

*Resumo:

A história e as representações sociais demonstram para quem o espaço urbano é organizado, com seus privilégios e a falta de interação entre toda população. A cidade, com suas hierarquias, planejada pelo poder público ao interesse do capital, segrega e exclui a população considerada minoritária. Entre suas estratégias, com essa política de segregação, resulta na perseguição, invisibilidade e exclusão da população travesti e transexual. O foco principal desta pesquisa é justamente aquelas pessoas que desafiam as explicações simplistas e complexas à ordem hegemônica, as travestis e transexuais. A pesquisa examina, portanto, as tensões, os conflitos, as táticas, os fundamentos e as estratégias da força política capital e patriarcal de deslegitimar identidades e fortalecer a perseguição as travestis e transexuais nas cidades. Busca-se compreender como se fortificam suas táticas de expulsão e o não reconhecimento à população que foge da heterogeneidade. Pretende-se, por fim, compreender a difícil realidade travesti e transexual em Goiânia, em discursos sanitários, morais, machistas, sexista binária e que historicamente, a grande invisibilidade e tensão entre o oficial planejamento urbano e os habitantes, reivindicando direito a nela permanecerem e existirem. Compreender o território como constituído e constituinte, assim como o desejo à vida, o sexo, o gênero e todas as relações."

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

Continuação do Parecer: 6.587.872

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo da Pesquisa:

*Objetivo Primário:

Investigar como as instituições de esfera municipal, estadual e federal atuam em termos contextuais e metodológicos, na dinâmica do espaço urbano com a finalidade de contribuir democraticamente ao direito à cidade da população travesti e transexual de Goiânia.

Objetivo Secundário:

Analisar a cidade como espaço democrático e desenvolver resultado da mancha urbana em que essa população, em sua maioria, está inserida. Compreender as divergências do direito à cidade da população travesti/transexual a partir da dinâmica do espaço e suas contemporaneidades, com as tecnologias de concepção e estratégias atuais do ambiente urbano edificado. Compreender, a partir do referencial teórico e questionário aplicado, as demandas pertinentes ao acesso a terra, serviços básicos e infraestrutura, legislação urbana, mobilidade urbana, empregabilidade, moradia e saúde; pertinentes a população travesti e transexual"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Extraído do TCLE

"A voluntária tem a liberdade de interromper a sua participação em qualquer momento, com total liberdade de participar ou não do questionário. E ainda autorizar ou não a utilização dos dados na pesquisa, sem qualquer justificativa. Ou ainda, interromper sua participação por fatores não individuais: uma pandemia, uma catástrofe natural, ter atingindo o número de participante desejado ou encerramento da pesquisa.

- Por meio deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido -TCLE- fica o pesquisador e sua equipe autorizados a utilizar os questionários. O período estimado de produção de dados é de dois meses após o início.

Diante dos possíveis riscos mencionados acima, tomaremos todos os cuidados necessários para minimizá-los ou extingui-los, buscando sempre preservar a integridade da voluntária ao participar da pesquisa. Asseguramos o caráter confidencial da mesma e o anonimato das informações das participantes. Fica assegurado às voluntárias que participaram da pesquisa como sujeitos pesquisadas, sendo respeitada a vontade e o tempo necessário para a devolutiva de suas respostas, ao questionário para o pesquisador. ue os benefícios que deverei esperar com a minha participação será:

- Contribuir com a discussão e embate no âmbito das questões de gênero na arquitetura e

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

Continuação do Parecer: 6.587.872

urbanismo,

- Compreender como é instaurado o espaço urbano e quais as demandas da população travesti e de mulheres transexuais na dinâmica do espaço urbano.

-Fomentar discussões no âmbito da arquitetura e urbanismo, contribuindo com fundamentos teóricos metodológicos"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma resposta à pendência (terceira versão apresentada)

"Pesquisa realizada a cerca do direito a cidade, na perspectiva qualitativa, com a conceituação, percepção e representação do espaço urbano a ser tratado. O trabalho trata que a produção da arquitetura e urbanismo não é mero cenário, mas consequência de ações e discursos da realidade. A partir dos aspectos metafóricos, tem o propósito de compreender os mecanismos da dominação masculina, como aborda Bourdieu (2012), e defender espaços possíveis como alternativas de mudança. Ao utilizar o urbanismo como prática viabilizadora das dinâmicas sociais, a partir da perspectiva política feminista, estuda diferentes pautas do movimento reivindicatório às urgências do meio urbano, como a violência, saúde urbana e segregação. Com abordagem da apropriação do espaço urbano, com questionários à mulheres transexuais e travestis de Goiânia, visa identificar às insurgências desempenhadas na cidade.

No entanto, a pesquisa examina as tensões, os conflitos, as táticas, os fundamentos e as estratégias da força política capital e patriarcal de deslegitimar identidades através da arquitetura e urbanismo; e fortalecem a perseguição a travestis e transexuais nas cidades."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Seguintes termo foram apresentados"

- 1- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1990253.pdf;
- 2- CARTA.pdf;
- 3- TCLE.pdf;
- 4- Projeto.pdf;
- 5- Orcamento.pdf;
- 6- Cronograma.pdf;
- 7- folhaDeRosto.pdf;
- 8- Termo_de_compromisso_do_Orientador_assinado.pdf;

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444,térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

Continuação do Parecer: 6.587.872

Recomendações:

Atualizar todos os documentos

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências anteriores foram atendidas, projeto sem óbices éticos que inviabilizem pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S^ª. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012). Cassio M. Giacomini

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

Página 04 de 05

Continuação do Parecer: 6.587.872

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------|----------------------|----------|
| Outros | Publicizacao.pdf | 17/12/2023 08:36:33 | ANDRE LUIS BAGGIO | Aceito |
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1990253.pdf | 22/11/2023 16:22:11 | | Aceito |
| Outros | CARTA.pdf | 22/11/2023 16:21:46 | Cassio M. Giacomini | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 22/11/2023 16:20:17 | Cassio M. Giacomini | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto.pdf | 22/11/2023 16:20:05 | Cassio M. Giacomini | Aceito |
| Orçamento | Orcamento.pdf | 24/07/2023 15:27:53 | Cassio M. Giacomini | Aceito |
| Cronograma | Cronograma.pdf | 24/07/2023 15:27:39 | Cassio M. Giacomini | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRosto.pdf | 02/02/2023 20:43:34 | Cassio M. Giacomini | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | Termo_de_compromisso_do_Orientador_assinado.pdf | 25/01/2023 13:00:37 | Cassio M. Giacomini | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 18 de Dezembro de 2023

Assinado por:

Carlos Arthur Cardoso Almeida
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br